

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**LUCAS TOLAZZI**

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL, INDÚSTRIA CRIATIVA E IDEOLOGIA:  
UMA ABORDAGEM CRÍTICA DO PROGRAMA “CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS”**

**SÃO BORJA – RS**

**2017**



**LUCAS TOLAZZI**

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL, INDÚSTRIA CRIATIVA E IDEOLOGIA:  
UMA ABORDAGEM CRÍTICA DO PROGRAMA “CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Comunicação Social: Hab. em Publicidade e Propaganda da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Publicidade e Propaganda.

Orientador: Marcelo Rocha

**SÃO BORJA - RS**

**2017**

LUCAS TOLAZZI

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL, INDÚSTRIA CRIATIVA E IDEOLOGIA:  
UMA ABORDAGEM CRÍTICA DO PROGRAMA "CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS"**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Comunicação  
Social: Hab. em Publicidade e  
Propaganda da Universidade Federal do  
Pampa, como requisito parcial para  
obtenção do Título de Bacharel em  
Publicidade e Propaganda.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 07 de dezembro 2017.

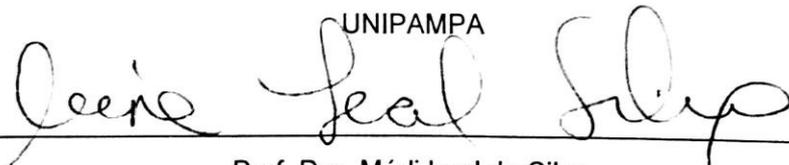
Banca examinadora:



Prof. Dr. Marcelo da Silva Rocha

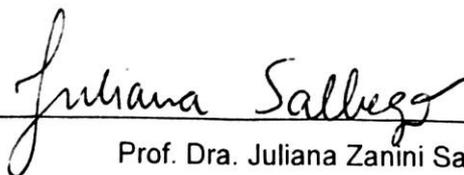
Orientador

UNIPAMPA



Prof. Dra. Mérli Leal da Silva

UNIPAMPA



Prof. Dra. Juliana Zanini Salbego

UNIPAMPA

## **AGRADECIMENTOS**

Esperamos agradecer tudo que nos vem por bem e não digo somente coisas que deram certo. Precisamos agradecer a tudo que a vida nos proporciona para o nosso aprendizado porque somos seres em constante processo de construção. No final de cada etapa precisamos exaltar o que nos foi oferecido para que possamos seguir o caminho ainda mais leves.

Agradeço a vida por me proporcionar momentos únicos. Agradeço ao Prof. Dr. Marcelo Rocha pela calma por me auxiliar no meu Trabalho de Conclusão com as melhores orientações. Também pelo fato de entender que a tumultuada vida que eu levei durante a elaboração do meu TCC, a qual não foi escolha minha e sim me imposta para não entrar em colapso devido ao ambiente tumultuado que eu estava inserido. A nona turma de Publicidade e Propaganda pelos três anos e 9 meses de parcerias. Amo vocês!

## RESUMO

O presente trabalho busca fazer uma análise crítica do programa de intercâmbio “Ciências sem Fronteiras”, através das suas alterações referentes ao campo da Indústria Criativa, a fim de articular o seu discurso com a teoria da Ideologia, John B. Thompson (1995). Tendo como objeto de pesquisa o programa de intercâmbio governamental, o trabalho se divide em três partes gerais: primeiramente é realizada uma contextualização histórica das Políticas Educacionais praticadas no Brasil desde a colonização, a fim de situar a criação do programa de intercâmbio supracitado. Em seguida é realizada uma pesquisa sobre a denominada “Indústria Criativa” e qual a sua importância no desenvolvimento do país. Após, é apresentado os diferentes conceitos de Ideologia, com objetivo de analisar o discurso presente nos materiais oficiais disponibilizados pelo programa, facultando uma perspectiva sobre as inúmeras alterações em relação à “Indústria Criativa” e sua articulação às injunções de poder. Acredita-se que a análise crítica do programa de intercâmbio a partir da teoria da Ideologia é válida, devido à ausência de argumentos balizadores que fundamentam a exclusão da área da indústria criativa do programa de intercâmbio “Ciências Sem fronteiras”

**Palavras-chave:** Políticas Educacionais; Indústria Criativa; Teorias da Ideologia; Programa Ciências sem Fronteiras.

## **ABSTRACT**

The Science Without Borders, from the keywords referring to the field of the Creative Industry, an end of articulation of its discourse with the theory of the ideology, John B. Thompson (1995). Having as a research object the government exchange program, the work is divided into three general parts: first a historical contextualization of Educational Policies practiced in Brazil is carried out from a colonization, an end to the creation of the aforementioned exchange program. Next, a research is carried out on a so-called "Creative Industry" and what its importance is not the development of the country. After the dissemination of the conceptual numbers of ideology, with the aim of analyzing the discourse present in the official materials provided by the program, the faculty of a perspective on how innumerable in relation to the "Creative Industry" and its articulation to the power orders. It is believed that the critical analysis of the exchange program from the memory of the Ideology is valid, due to the absence of supporting arguments that ground the exclusion of the critical industry area from the exchange program "Sciences Without Borders"

**Keywords:** Educational Policies; Creative Industry; Theories of Ideology; Science without Borders Program.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Número de Empregados da Indústria Criativa no Brasil, por Áreas Criativas e Segmentos 2004 e 2013.....	<b>Pág. 24</b>
Figura 2 - Fluxograma da Cadeia da Indústria Criativa no Brasil.....	<b>Pág. 24</b>
Figura 3 – Casa FIRJAN da Indústria Criativa.....	<b>Pág. 25</b>
Figura 4 – Identidade visual do programa de intercâmbio “Ciências sem Fronteiras”.....	<b>Pág. 28</b>
Figura 5 - Gráfico de distribuição das bolsas em maio de 2017.....	<b>Pág. 30</b>
Figura 6 - Aba “O Programa” retirado do site oficial do programa de intercâmbio “Ciências Sem Fronteiras”.....	<b>Pág. 36</b>
Figura 7 - Aba “Objetivos” retirado do site oficial do programa de intercâmbio “Ciências Sem Fronteiras”.....	<b>Pág. 38</b>
Figura 8 - Aba “Áreas Contempladas” retirado do site oficial do programa de intercâmbio “Ciências Sem Fronteiras”.....	<b>Pág. 39</b>
Figura 9 - Aba “Documentos” retirado do site oficial do programa de intercâmbio “Ciências Sem Fronteiras”.....	<b>Pág. 40</b>
Figura 10 - Aba “Dúvidas frequentes” retirado do site oficial do programa de intercâmbio “Ciências Sem Fronteiras”.....	<b>Pág. 41</b>
Figura 11 - Aba “Dúvidas Frequentes” retirado do site oficial do programa de intercâmbio “Ciências Sem Fronteiras”.....	<b>Pág. 42</b>
Figura 12 - Recorte “Portaria Interministerial Nº1 de 9 de janeiro de 2013” retirado do Diário da União do dia 13 de janeiro de 2013.....	<b>Pág. 43</b>

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Definições do termo “Industria Criativa” .....	<b>Pág. 19</b>
Tabela 2 – Modos de operação da Ideologia segundo Thompson.....	<b>Pág. 34</b>

## SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	10
2. POLÍTICAS EDUCACIONAIS – UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO ENSINO NO BRASIL .....	13
3. A INDÚSTRIA CRIATIVA E O PROGRAMA DE INTERCÂMBIO GOVERNAMENTAL “CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS” .....	18
3.1 INDÚSTRIA CRIATIVA .....	18
3.2 PROGRAMA DE INTERCÂMBIO “CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS” .....	26
4. IDEOLOGIA E RELAÇÕES DE PODER NO PROGRAMA CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE .....	31
4.1 IDEOLOGIA: O PERCURSO DE UM CONCEITO CONTROVERSO .....	31
4.2 ANÁLISE .....	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
6. REFERÊNCIAS .....	47

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O intercâmbio é uma das experiências mais desejadas entre os estudantes universitários, pois proporciona experiências que vão muito além do que se vive no cotidiano acadêmico onde se está inserido. Para alguns estudantes, o intercâmbio é uma maneira de mergulhar em áreas diferentes ou até mesmo, aprimorar um assunto já explorado, aprender uma língua diferente, ter contato com uma cultura distinta e desenvolver técnicas novas. Estes são alguns dos objetivos quando o estudante tem a oportunidade de realizar o intercâmbio.

Em 2011, o governo federal viu a necessidade de levar os alunos de graduação e pós-graduação para além das fronteiras do país, com o objetivo de desenvolver e aprimorar a ciência e tecnologia, trazendo inovações para o país. Diante desta necessidade, o programa “Ciências sem Fronteiras” foi criado, projetando ofertar cerca de 110 mil bolsas de intercâmbio para diversos países até o ano de 2015. A iniciativa deu-se a partir de uma parceria feita pelo ministério da Educação (MEC) e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), juntamente com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). O programa, além de levar pesquisadores brasileiros para outros países, também tem o objetivo de atrair pesquisadores do exterior que tenham o interesse de realizar pesquisas e fixar-se no Brasil por um determinado período. Para que isto seja possível, o programa criou um sistema de parceria com empresas nas áreas da ciência e tecnologia do país (CAPES, 2011).

Em 2017, o painel de controle do programa em seu site mostrava um número de 92.880 bolsas implementadas, divididas entre sete modalidades, sendo elas a graduação sanduiche no exterior, doutorado sanduiche no exterior, doutorado no exterior, atração de jovens talentos, pós-doutorado no exterior, pesquisador visitante especial e mestrado no exterior. Cerca de 78% destas bolsas são pertencentes a modalidade de graduação sanduiche no exterior. O programa é financiado por recursos do governo federal (3,2 bilhões) e iniciativa privada (1,8 bilhões).

O programa de intercâmbio é uma das ferramentas criadas através das Políticas Educacionais que regem a educação no Brasil. O mesmo visa o intercâmbio de pesquisadores para outros países como uma forma de investimento, provocando o contato com um sistema educativo competitivo mundial, procurando

fomentar a pesquisa em áreas específicas que possam ajudar no desenvolvimento do país.

Ao total, são 17 áreas denominadas estratégicas pelo programa, as quais foram classificadas em uma lista no edital que regulamenta o programa. O primeiro lugar desta lista foi reservado para as “Engenharias e demais áreas tecnológicas” e o último ficou para a “Formação de Tecnólogos”. Em 2013, com o lançamento de uma portaria, o programa deixou de “classificar” estas áreas e passou a priorizar algumas. As engenharias e demais áreas permaneceram sendo as pioneiras no programa. A partir desta mudança, o programa inseriu um parágrafo com o título “Por que as áreas de humanas e sociais não são contempladas?” em seu site oficial, informando que alunos pertencentes as áreas de Humanas e Sociais não seriam mais contemplados com bolsas do programa, devido ao fato da área da indústria criativa ser priorizada em 16º lugar. Esta modificação é somente informada na portaria, sem conter nenhuma explicação que justifique tal alteração no programa.

As áreas de Humanas e Sociais são pertencentes a denominada “Indústria Criativa”, a qual está em processo de definição no Brasil. Estudos têm sido feitos a partir da iniciativa da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) desde de 2008 para definir quais são os profissionais classificados nesta área. A federação denomina estes profissionais como criativos, pertencentes a profissões como profissionais das áreas da Arquitetura, Artes Cênicas, Audiovisual, Biotecnologia, Design, Editorial, Expressões Culturais, Moda, Música, Patrimônio e Artes, Pesquisa & Desenvolvimento, Publicidade e TIC. O programa “Ciências sem Fronteiras” em si, define cerca de 20 cursos de graduação como pertencentes da área da “Indústria Criativa”, sendo eles relacionados a arquitetura, design, software, jogos de computadores, cinema, vídeo, fotografia, música, artes, televisão, conteúdos digitais, editoração e publicação eletrônica. Pertencentes a ciências humanas e sociais, podemos citar os cursos de Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda e Artes Plásticas. (FIRJAN, 2016)

Até a data do lançamento da portaria que prioriza as áreas abordadas pelo programa, a área da indústria criativa já contava com cerca de 6% das bolsas ofertadas no programa, representando um número aproximado de 1.200 estudantes. Após a alteração, alguns pesquisadores da área da indústria, através de brechas e ações judiciais ainda conseguiram ser contemplados com bolsas do programa. Em 2017, o painel de controle de bolsas do programa mostrava que 8.061

pesquisadores da área já haviam sido contemplados. (CUDISCHEVITCH; LAMSTER, 2012).

Através desta alteração no programa, a presente pesquisa através da análise do programa Ciências Sem Fronteiras e as suas modificações no campo da Indústria Criativa, busca articular o discurso presente no programa com a teoria da Ideologia de Thompson (1990). Para isto, será necessário realizar uma contextualização histórica das políticas educacionais que regem o país desde o Brasil colônia a fim de entender os objetivos que norteiam a criação do programa. Também será necessário realizar uma breve pesquisa sobre a “indústria criativa” e como a área está presente no desenvolvimento do Brasil. Com efeito, a investigação também irá buscar compreender o funcionamento do discurso ideológico e através do seu objetivo identificar o discurso ideológico.

O discurso ideológico, segundo o autor J. B. Thompson (1995) se configura como uma corrente social crítica e descreve o discurso ideológico como sentido uma estratégia ao serviço do poder. Nesse sentido, a hipótese que norteia a presente pesquisa é a de que a exclusão da Indústria Criativa pode ser compreendida como um modo operacional da ideologia cuja estratégia de construção discursiva dá-se, também, pela reificação ou, nesse caso, naturalização dos processos.

Acredita-se que esta abordagem crítica do programa é pertinente devido a busca pelo esclarecimento da priorização de algumas áreas pelo programa de intercâmbio, impossibilitando com que os pesquisadores que atuam no campo da Indústria Criativa sejam impedidos de participar do programa. Também é pertinente devido à falta de trabalhos científicos que busquem analisar um programa de intercâmbio governamental e suas alterações a partir da teoria da Ideologia e seus modos de operação.

Para tornar esta abordagem crítica sustentável, o seguinte trabalho irá utilizar como ferramenta metodológica científica a pesquisa bibliográfica e a análise documental. O primeiro método, a pesquisa bibliográfica, é primordial para dar consistência e veracidade ao conteúdo do trabalho, trazendo teorias de grandes autores, tornando o trabalho melhor fundamentado e mais confiável (STUMPF, 2005).

O segundo método, a Análise Documental, irá ser utilizada para identificar e verificar a veracidade dos fatos e do contexto histórico que os mesmos estão inseridos. Este método fará com que o trabalho possa trazer pequenas frações do

site oficial do programa de intercâmbio e também documentos oficiais relacionados ao programa para fundamentar e procurar responder os objetivos da pesquisa.

## **2. POLÍTICAS EDUCACIONAIS – UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO ENSINO NO BRASIL**

A educação, nos dias atuais, ocupa um espaço importante nas esferas econômica, política e cultural dentro de uma sociedade. Falar em educação vai além do imediatismo das ações praticadas no cotidiano em que vivemos, portanto, é necessário, para compreender as políticas públicas praticadas, retomar o contexto histórico percorrido desde a colonização do país. (PIANA, 2009)

Para isto, iremos dividir o contexto histórico do ensino em três períodos, sendo eles: primeiro período, que vai de 1500 a 1930, remetendo ao período da colonização ao império (Primeira República); já o segundo período, que começa na década de 30 a década de 60; e o terceiro período, que se inicia nos anos 60 até os dias atuais.

O primeiro período, a partir do início da colonização do Brasil no ano de 1500 parte da chegada dos padres jesuítas em território nacional, sendo eles, responsáveis pela base educacional que foi destinada ao povo na época. Este modelo base da educação perdurou por todo o período de colonização através da expansão da igreja Católica por todo o território brasileiro, sendo que este durou cerca de duas décadas. Esta base educacional era atrelada ao cristianismo e a disseminação da cultura europeia, auxiliando a alcançar os objetivos de um plano maior elaborado e instaurado pelos colonizadores portugueses.

O ensino era essencialmente de caráter humanístico, “[...] visava à formação de intelectuais comprometidos com as orientações da igreja católica e do modelo econômico, atendendo ao que se propunha sob o ponto de vista das classes dominantes” (ZOTTI, 2004, p.32).

Este plano de colonização instaurado previa a exportação de agro alimentos, com o objetivo de produzir produtos como o café, açúcar, ouro e borracha, utilizando mão de obra escrava, para enriquecer a metrópole portuguesa. A economia brasileira foi organizada para produzir e exportar produtos de expressão econômica no comércio europeu. Devido a formação social durante a colonização ser

basicamente formada por escravos, sendo eles senhores de engenho, funcionários da coroa e grandes latifundiários, não havia o interesse da escolarização da população, a fim de criar uma classe subalterna. Por meio desta reflexão, verifica-se que, desde o período da colonização, ou seja, do início, o sistema educacional é organizado e estruturado de forma excludente e seletiva. (PIANA, 2009)

Em suma, o período colonial foi marcado pela exploração do Brasil por parte do colonizador Português, que buscava usufruir das riquezas do país, sem se preocupar com a estruturação econômica, política e educacional. Em 1808, Portugal é invadido e a corte real é transferida para a colônia na América. Foi a partir deste acontecimento que ocorreram mudanças no plano econômico, político e social na colônia. A reorganização expressiva do sistema gerou uma crise na estrutura econômica, devido ao fato que antes a colônia tinha como função a exportação e não de abastecimento interno do país. Agora, o país deveria se auto abastecer e não mais só exportar, buscando suprir as suas necessidades. A partir disto, a supremacia da corte sobre a colônia foi expressivamente reduzida, instalando-se o comércio livre, assim modernizando o sistema econômico do país.

A primeira reestruturação da educação após a colonização deu-se a partir da expulsão dos Jesuítas em 1759 e a chegada de D. João VI em 1808, quando instaladas diversas instituições educativas e culturais, onde foram criados os primeiros cursos de direito, medicina e engenharia. Estes cursos fizeram parte de um sistema de ensino, mas não eram denominados “Universidades”. Diante desta realidade, foi preciso a criação de novos sistemas administrativos para atender a demanda dos serviços criados por D. João VI.

Diante disto, foram criadas escolas técnicas e academias, como a Academia Militar e Academia Real da Marinha, que passaram a ofertar os cursos de Economia, Botânica, Agricultura, Medicina e Química Industrial. A organização destes cursos era bem rudimentar devido ao fato de serem denominados exclusivamente “Profissionais”. Em 1822, com a Proclamação da república, começou a ser discutida a importância da educação popular e em 1827 foram criadas as primeiras leis que determinavam a instalação da escola primária para a população. Estas leis não foram aplicadas e mais tarde, em 1834 foi passada a responsabilidade de instaurar a educação para as províncias.

Com responsabilidade sobre a educação passada para as províncias, os cursos que já funcionavam passaram a oferecer aulas particulares extras de Latim,

Retórica, Filosofia, Geometria, Francês e Comércio, mas sem qualquer fiscalização do Estado. Mesmo o ensino sendo majoritariamente oferecido para a Elite, pequenas escolas, os chamados “liceus“ foram criados em diversos pontos do país, mas as quantidades de vagas ofertadas eram pequenas, sendo ineficiente. A irresponsabilidade com o ensino foi marcada através da criação de uma só lei que durou de 1827 a 1846.

Entre 1860 e 1890 algumas ações foram promovidas pela iniciativa privada, como a abertura de novas escolas de ensino fundamental e médio, em pontos estratégicos. Em 1890 foram criados o ministério da Educação, Correios e Telégrafos, mas não foi desta vez que o ensino foi administrado por um ministério específico, sendo passado a sua administração para o ministério da Justiça em 1891. (Berger, 1976 apud Pinto, 1986).

Ainda na tentativa de ampliar a oferta de ensino, o Estado buscou fundar novas escolas e universidades, mas estas continuavam sendo precárias e ineficientes enquanto o quesito “quantidade” de abrangidos. O papel do estado estava focado na manutenção destas instituições e não no planejamento e criação de um sistema de ensino eficiente. O ensino continuava a ser elitista, seletivo e excludente, abrangendo somente uma fatia da população. Novas escolas de ensino superior foram criadas com o intuito de fomentar a formação de profissionais liberais, mas atendendo os interesses da classe dominante para permanecerem no poder.

Com o início da Primeira República, as transformações ocorridas no setor econômico, político e social levou a mudanças no setor cultural, fomentando a ideia de que a escolarização deve responder aos anseios das transformações sociais ocorridas no século XX, provocando um entusiasmo pela educação. A partir disto, a principal discussão e reflexão entre os educadores e políticos era a ampliação da escola primária no país.

Diante destes fatos, em 1930, com a criação das primeiras Universidades Brasileiras, surgem as primeiras grandes mudanças nas Políticas de Ensino após a Segunda Guerra Mundial. Embora a implementação de um regime autoritário no país, as reformas do ensino em todos os níveis, consideradas importantes, foram estabelecidas. Em 1932, buscando apontar o grande atraso que o país tinha na educação e a não inclusão de grande parte da população, foi lançado o Manifesto

dos Pioneiros da Educação (Escolanovista)<sup>1</sup> que influenciou as mudanças posteriores nas Políticas Educacionais no Brasil. Um dos motivos que levaram a organização deste movimento era de que a existia uma formação exagerada de bacharéis em direito, sendo que o país era essencialmente ligado à produção agrícola, explicando o distanciamento da escola e trabalho.

Entre 1927 e 1929, grandes Conferências Nacionais sobre a Educação foram feitas para discutir o cenário da educação no país. Foi a partir da necessidade de realizar-se às conferências que foi criada a Associação Brasileira da Educação (ABAE), que reunia educadores, intelectuais, políticos e figuras de expressão da sociedade. Mais tarde, no final de 1929, o país foi fortemente atingido pela crise Mundial que passou a ter dificuldades em desenvolver a sua economia, principalmente pela produção e exportação de café, mercado que entrou em colapso, forçando o país a procurar outro meio de desenvolvimento econômico.

Através da crise instaurada no fim da década de 20, a próxima década (30) se caracterizou pelo desenvolvimento da industrialização, fortalecendo grupos econômicos, criando a nova burguesia-industrial. Com a implantação deste novo sistema econômico no país, grandes mudanças envolvendo o poder que o Estado tinha sobre algumas instâncias foram precisas, em especial na dimensão política e social. (PIANA, 2009)

Foi neste período que, com o apoio da classe média dos grandes centros, da burguesia cafeeira e de alguns militares, Getúlio Vargas assumiu o poder do Estado, onde em seu governo, foram feitas mudanças consideráveis no campo educacional. Em 1932, por meio das Conferências Nacionais da Educação, surgiu uma nova proposta pedagógica, que buscava estruturar o sistema educacional brasileiro, visando o controle do Ensino pelo Estado. Em 1930 foi feita, novamente, a tentativa de criar o ministério da Educação, só que desta vez, com sucesso. O ministério foi criado e entrou em operação juntamente com o ministério da Saúde. O ministério foi considerado uma das medidas mais importantes implantadas para o novo sistema de ensino do país, sendo um órgão central, orientando e coordenando o ensino por todo território nacional.

Em 1934, através da constituição de Francisco Campos, uma reforma foi instaurada, sendo que nela continha componentes importantes, bem como a

---

<sup>1</sup> A renovação educacional no início da Segunda República estava alicerçada nas teorias psicológicas de Lourenço Filho, na contribuição sociológica de Fernando de Azevedo e no pensamento filosófico e político de Anísio Teixeira. (SANDER, 2007, p.28)

integração entre as escolas primárias, secundárias e superior e a elaboração do estatuto da universidade brasileira. Foi através desta constituição que o ensino primário e gratuito foi obrigatório, e o ensino religioso optativo. Outra constituição foi instaurada em 1937, submetendo as indústrias e sindicatos a criar escolas de ensino profissionalizante aos seus operários e sucessores (filhos).

Já em 1942, dando seguimento ao profissionalismo marcado na época, o governo criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) para preparar os filhos dos operários para a indústria. Foi neste mesmo ano que a chamada Reforma Capanema foi instaurada, sendo relativa a mudanças aplicadas ao ensino secundário. Após um longo período de reivindicações, em 1961 é instaurado o primeiro grande conjunto de leis que passaram a reger o ensino no país, as chamadas Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A criação deste conjunto de leis auxiliou na conscientização do poder político sobre os problemas enfrentados pela educação.

Em 1957, devido à pressão dos grupos representados por banqueiros e grandes indústrias, sobre a proteção dos interesses das indústrias nacionais, Jânio Quadros renunciou o seu cargo, dando lugar para João Goulart. Com a instabilidade do governo e devido ao país estar com extensos problemas econômicos e sociais, gerou-se grandes movimentos partindo de educadores, estudantes e sindicatos em prol da reforma da educação. Uma das reivindicações defendida pelo movimento era pela criação de estratégias para extinguir o analfabetismo no país. Nesta mesma época, o método pedagógico proposto por Paulo Freire, que consiste no ensino por meio de um processo de conscientização e participação política por meio da aprendizagem das técnicas de leitura e escrita, se popularizou, exercendo profunda influência nos profissionais da educação.

Em 1964, com a Ditadura Militar se instalando no país, o debate popular sobre a educação cessa, tendo o Estado adotado um sistema de governo rígido, que é caracterizado por não atender os anseios da sociedade. Mesmo com este novo sistema rígido, o governo passou a criar estratégias para ampliar o ensino no país, buscando o desenvolvimento de todos os níveis de ensino, até mesmo a pós-graduação. Com o fim da Ditadura Militar em 1985, a democracia é instaurada a partir das eleições diretas para presidência da República em 1989. O país passa por diversas mudanças, inclusive no sistema de ensino de terceiro grau (superior),

período o qual foi fortemente marcado pela maturidade deste sistema. (PIANA, 2009)

A partir disto, o governo passou a exercer controle do sistema educacional, desbancando os estados e municípios deste papel. Formula-se então a Lei de Diretrizes e Bases para a educação de 1996 no Brasil, a qual, ao longo destes anos passou por alterações e perdura até os dias de hoje.

### **3. A INDÚSTRIA CRIATIVA E O PROGRAMA DE INTERCÂMBIO GOVERNAMENTAL “CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS”**

#### **3.1 INDÚSTRIA CRIATIVA**

No final da década de XV, a mutação da sociedade denominada “fordista” para uma sociedade “pós-industrial” causou mudanças no processo de produção industrial. O foco das atividades industriais passou a ser voltado para o conhecimento, da informação e aprendizado, provocando uma terceira “revolução industrial”. Devido a esta transformação, uma “virada cultural” se instaurou em alguns países industrializados, provocando uma grande mudança nos valores sociais e culturais de determinadas populações. Diante disto, alguns movimentos passaram a surgir em países como a Austrália e Inglaterra, buscando evidenciar a importância da criatividade no processo de produção. (MIGUEZ, 2007)

Estes movimentos surgiram primeiramente na Austrália, mas foi na Inglaterra que ganharam força, fazendo com que o Estado Soberano criasse o chamado “Ministério das Indústrias”, que buscava identificar e catalogar as diversas atividades criativas praticadas no país. O mesmo também tinha a missão de apontar quais as áreas que seriam a “força motriz” para a economia nos próximos anos do Reino Unido. Com isto, foram definidas as seguintes atividades: publicidade, arquitetura, mercado de artes e antiguidades, artesanato, design, design de moda, cinema, software, softwares interativos para lazer, música, artes performáticas, indústria editorial, rádio, TV, museus, galerias e as atividades relacionadas às tradições culturais. Mais tarde, este ministério recebeu o nome de “Indústrias Criativas”. (DCMS, 2005)

Em meio ao campo acadêmico, a designação “Indústrias Criativas” configura um novo campo de estudo, o qual ainda está em fase de solidificação. Alguns autores procuraram definir a Indústria Criativa:

Tabela 1 – Definições do termo “Industria Criativa”

Definição	Autores
<p>“Atividades que têm a sua origem na criatividade, competências e talento individual, com potencial para a criação de trabalho e riqueza por meio da geração e exploração de propriedade intelectual [...] As indústrias criativas têm por base indivíduos com capacidades criativas e artísticas, em aliança com gestores e profissionais da área tecnológica, que fazem produtos vendáveis e cujo valor econômico reside nas suas propriedades culturais (ou intelectuais).”</p>	<p>DCMS (2005, p. 5)</p>
<p>“A idéia de indústrias criativas busca descrever a convergência conceitual e prática das artes criativas (talento individual) com as indústrias culturais (escala de massa), no contexto de novas tecnologias midiáticas (TIs) e no escopo de uma nova economia do conhecimento, tendo em vista seu uso por parte de novos consumidores - cidadãos interativos.”</p>	<p>Hartley (2005, p. 5)</p>
<p>“Em minha perspectiva, é mais coerente restringir o termo ‘indústria criativa’ a uma indústria onde o trabalho intelectual é preponderante e onde o resultado alcançado é a propriedade intelectual.”</p>	<p>Howkins (2005, p. 119)</p>
<p>“[Indústrias criativas] produzem bens e serviços que utilizam imagens, textos e símbolos como meio. São indústrias guiadas por um regime de propriedade intelectual e [...] empurram a fronteira tecnológica das novas tecnologias da informação. Em geral, existe uma espécie de acordo que as indústrias criativas têm um core-group, um coração, que seria composto de música, audiovisual, multimídia, software, broadcasting e todos os processos de editoria em geral. No entanto, a coisa curiosa é que a fronteira das indústrias criativas não é nítida. As pessoas utilizam o termo como sinônimo de indústrias de conteúdo, mas o que se vê cada vez mais é que uma grande gama de processos, produtos e serviços que são baseados na criatividade, mas que têm as suas origens em coisas muito mais tradicionais, como o craft , folclore ou artesanato, estão</p>	<p>Jaguaribe (2006)</p>

cada vez mais utilizando tecnologias de management, de informática para se transformarem em bens, produtos e serviços de grande distribuição.”	
“As indústrias criativas são formadas a partir da convergência entre as indústrias de mídia e informação e o setor cultural e das artes, tornando-se uma importante (e contestada) arena de desenvolvimento nas sociedades baseadas no conhecimento [...] operando em importantes dimensões contemporâneas da produção e do consumo cultural [...] o setor das indústrias criativas apresenta uma grande variedade de atividades que, no entanto, possuem seu núcleo na criatividade.”	Jeffcutt (2000, p. 123-124)
“As atividades das indústrias criativas podem ser localizadas em um continuum que vai desde aquelas atividades totalmente dependentes do ato de levar o conteúdo à audiência (a maior parte das apresentações ao vivo e exibições, incluindo festivais) que tendem a ser trabalho-intensivas e, em geral, subsidiadas, até aquelas atividades informacionais orientadas mais comercialmente, baseadas na reprodução de conteúdo original e sua transmissão a audiências (em geral distantes) (publicação, música gravada, filme, broadcasting, nova mídia).”	Cornford e Charle (2001, p. 17)

Fonte: (BENDASSOLLI et al., 2008)

Após a análise das definições apresentadas no quadro acima, os autores Pedro F. Bendassolli, Thomaz Wood Jr, Charles Kirschbaum e Miguel Pina e Cunha identificaram quatro elementos essenciais que compõem o termo “Indústrias Criativas”, sendo eles a criatividade, cultura, propriedade intelectual e a convergência das artes. O primeiro é a “Criatividade”, sendo o elemento central do termo, sendo necessária para a geração da propriedade intelectual; O segundo é a “Cultura”, a qual é tratada como objeto cultural, onde este é selecionado devido a carga do sentido social que carrega; O terceiro é de que as indústrias criativas transformam estes significados em propriedade intelectual, ou seja, valor econômico. Esta teoria parte da premissa de que o consumo de símbolos ou significados prevalece sobre o consumo de bens materiais, tais como eram produzidos na sociedade industrial (Fordista); Quarto e último elemento condiz a convergência entre artes, negócios e tecnologia. Esta convergência não é imediata e tem sido

observada a muito tempo pelos teóricos da Escola de Frankfurt, os quais cunharam o termo “indústria cultural” (BENDASSOLLI et al., 2008).

O primeiro Fórum Internacional da “Indústria Criativa” foi realizado em 2002 na cidade de St. Petersburg, na Rússia. A partir deste fórum, o termo “Indústria Criativa” foi definido como:

“Indústrias Criativas” “aquelas que têm sua origem na criatividade individual, habilidades e talentos que têm potencial de riqueza e criação de empregos através da geração e da exploração da propriedade intelectual. Assim, “Indústrias Criativas” é o termo utilizado para descrever a atividade empresarial na qual o valor econômico está ligado ao conteúdo cultural. “Indústrias Criativas” une a força tradicional da chamada cultura clássica com o valor agregado do talento empresarial e os novos talentos da mídia eletrônica e da comunicação” (Inst. Econ. Criativa, 2008).

A Indústria Criativa pode ser vista como um “fenômeno” da economia, demonstrando crescente importância nos últimos anos. Este “fenômeno” está ligado diretamente a “emergência da sociedade do conhecimento” que é relacionada a passagem da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial. Esta passagem é resultado da mudança de uma economia fundamentada no uso intensivo de capital e trabalho, e orientada para a produção em massa, para uma economia na qual o capital tem base intelectual. Este novo modelo de economia pós-industrial fundamenta-se no indivíduo e em seus recursos intelectuais, com base na capacidade de formação de redes sociais e na troca de conhecimentos. (BENDASSOLLI et al., 2008).

Esta mudança é baseada em uma nova retórica, que através da personalidade, ressalta os imperativos da originalidade e da criatividade, onde rompe e inova um sistema impessoal de produção. Este sistema tem como base inflexão do coletivo para o indivíduo e reflete transformações em termos de valores, preferências pessoais, estilos de vida e de trabalho, e perfil de consumo.

Leadbeat e Florida, dois ideólogos relacionados promoção das indústrias criativas, advogam que os indivíduos estão se afastando de comportamentos tradicionais que pressupõe trabalhar pelo salário, consumir bem padronizados, trabalhar duro ao longo de toda a vida, submeter-se à autoridade e resignar-se, aproximando de atitudes e comportamentos que refletem um desejo controlar, de forma integral, a própria vida (BEDASSOLLI, 2008 apud. LEADBEAT, 2000 e FLORIDA 2002).

A UNESCO (2010) descreve a Economia Criativa como uma forma de impulsionar o crescimento econômico e representar uma alternativa para o desenvolvimento. Isto é devido ao fato de que a matéria prima usada neste setor é a criatividade, a qual, juntamente com a utilização de características culturais e sociais de um determinado país/região, se torna uma vantagem no desenvolvimento e elaboração de bens e serviços únicos e competitivos. Em termos genéricos, os benefícios da economia criativa podem ser encontrados através:

- i) da criação de empregos, exportação, promoção e inclusão social, diversidade cultural e desenvolvimento humano; ii) do entrelaçamento entre economia, cultura e aspectos sociais com tecnologia, propriedade intelectual e objetivos turísticos; iii) de um sistema econômico baseado no conhecimento desenvolvendo a dimensão e através da interligação entre elementos macro e micro da economia; e iv) do desenvolvimento da inovação através de políticas multidisciplinares (COSTA e SANTOS, 2011).

Segundo pesquisas feitas pela (UNESCO, 2010, p.54), uma grande metrópole como Buenos Aires, teve uma cadeia da economia criativa que correspondeu a 9% do produto gerado, 9,5% dos postos de trabalho e à adição de U\$\$ 4,3 bilhões para a cidade, entre os anos de 2003 a 2007. No Brasil, a FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) que tem como principal objetivo garantir o desenvolvimento sustentável da indústria, está mapeando, desde 2008, os setores que se encaixam no campo da Indústria Criativa. A federação apontou em uma pesquisa feita em 2006, que cerca de 16,4% do PIB (Produto Interno Bruto), o equivale a R\$ 381,3 bilhões, correspondeu a participação da cadeia criativa no Brasil. Os segmentos mais populares no país são o de arquitetura e moda.

De 2013 a 2015, tendo como cenário de fundo a crise econômica nacionalmente instaurada no país, a FIRJAN buscou acompanhar como a classe da Indústria Criativa se comportou. A principal pergunta que norteou esse estudo é *“Seriam de fato profissionais criativos estratégicos à atividade econômica num momento de necessária diferenciação de produtos e serviços?”*. Em um release disponibilizado no site da FIRJAN em 2016, apontou o crescimento do número de profissionais no Brasil entre o período de 2013 a 2015. De acordo com o relatório, o aumento foi de 0,1%, avanço considerado relevante diante do cenário de desemprego no país na época, reforçando o papel da Indústria Criativa na economia.

Presidente do Sistema FIRJAN, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira destacou a importância da inovação na indústria de Transformação, onde a criatividade é um ativo que vem fazendo a diferença nas empresas. Ele lembrou que, hoje, o Rio de Janeiro é a sétima marca do mundo. “Esse ativo é muito importante que devemos preservar. Temos no Rio milhares de exemplos de empresas que estão perseverando e saindo do quadrado”, afirmou Eduardo Eugênio no evento de abertura do lançamento do estudo, o Nocaute - Novos Caminhos para Transformação Econômica. (FIRJAN, 2017)

O relatório elaborado pelo sistema FIRJAN também faz uma reflexão sobre dois diferentes meios de trabalho aos quais os profissionais da área criativa estão inseridos no mercado. Um deles é o Mercado de Trabalho em si, os quais os profissionais estão empregados em agências de comunicação em geral. Outro é o da Produção, o qual o profissional está inserido na linha de produção, como por exemplo um designer que desenha um carro dentro da indústria automobilística, uma das mais rentáveis no país. Falando em poder econômico, o relatório ainda traz dados que descrevem a remuneração dos profissionais da Indústria Criativa. Um salário médio de um profissional da área é de R\$ 6.270,00, sendo duas vezes e meia a remuneração média dos empregados formais no Brasil. A pesquisa também levou em consideração o nível de formação e especialização dos profissionais da área, o qual é um dos mais elevados do país. O relatório concluiu que mesmo diante do cenário de crise instaurado no país, em 2015, a Indústria Criativa contribuiu com R\$ 155,6 bilhões a economia brasileira, apresentando crescimento em relação ao ano anterior.

Nas últimas décadas, as empresas não só passaram a reconhecer a importância da criatividade como insumo de produção como também perceberam seu papel transformador no sistema produtivo. Além do capital, da matéria-prima e da mão de obra, as áreas estratégicas das empresas voltaram os olhos para o uso das ideias como recurso essencial para geração de valor. De fato, a criatividade como capacidade de inovar de forma significativa se consolidou como um dos fatores determinantes da vantagem competitiva das empresas. Dentro de um cenário onde os produtos são cada vez mais parecidos, a criatividade passa a ser vista como um ativo importante dentro da lógica de agregação de valor. (FIRJAN, 2014)

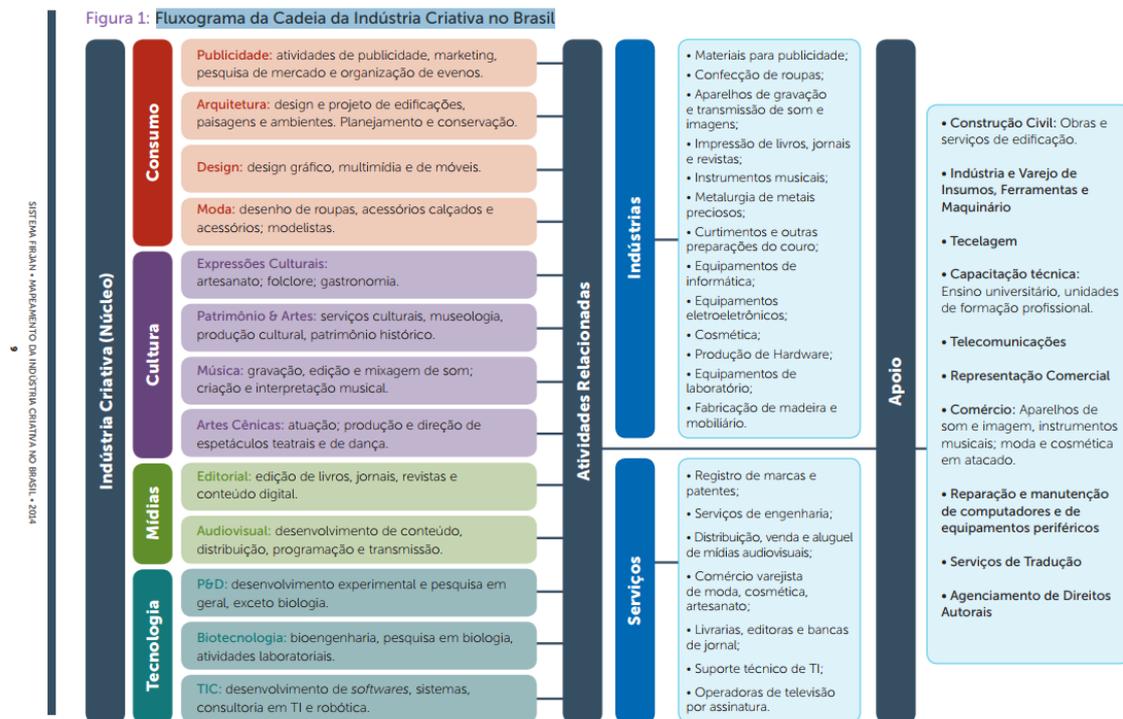
Para melhor mensurar a presença de profissionais da Indústria Criativa no mercado de trabalho brasileiro, a FIRJAN mapeou as principais atividades desempenhadas por estes profissionais e o crescimento do número de empregos, sistematizando os dados em duas tabelas:

Figura 1 - Número de Empregados da Indústria Criativa no Brasil, por Áreas Criativas e Segmentos 2004 e 2013.

Segmentos	2004	2013	Cresc.
<b>Consumo</b>	<b>211,5</b>	<b>422,9</b>	<b>100,0%</b>
Publicidade	45,7	154,8	238,5%
Arquitetura	62,7	124,5	98,5%
Design	42,6	87,0	104,3%
Moda	60,5	56,7	-6,3%
<b>Cultura</b>	<b>43,3</b>	<b>62,1</b>	<b>43,6%</b>
Expressões Culturais	18,3	22,5	22,7%
Patrimônio e Artes	10,2	16,4	60,9%
Música	7,5	12,0	60,4%
Artes Cênicas	7,2	11,2	54,9%
<b>Mídias</b>	<b>64,2</b>	<b>101,4</b>	<b>58,0%</b>
Editorial	27,8	50,8	82,5%
Audiovisual	36,3	50,6	39,1%
<b>Tecnologia</b>	<b>150,9</b>	<b>306,1</b>	<b>102,8%</b>
P&D	82,2	166,3	102,3%
TIC	55,5	112,9	103,6%
Biotechnologia	13,2	26,9	102,8%
<b>Indústria Criativa</b>	<b>469,8</b>	<b>892,5</b>	<b>90,0%</b>

Fonte: FIRJAN, 2014.

Figura 2 - Fluxograma da Cadeia da Indústria Criativa no Brasil.



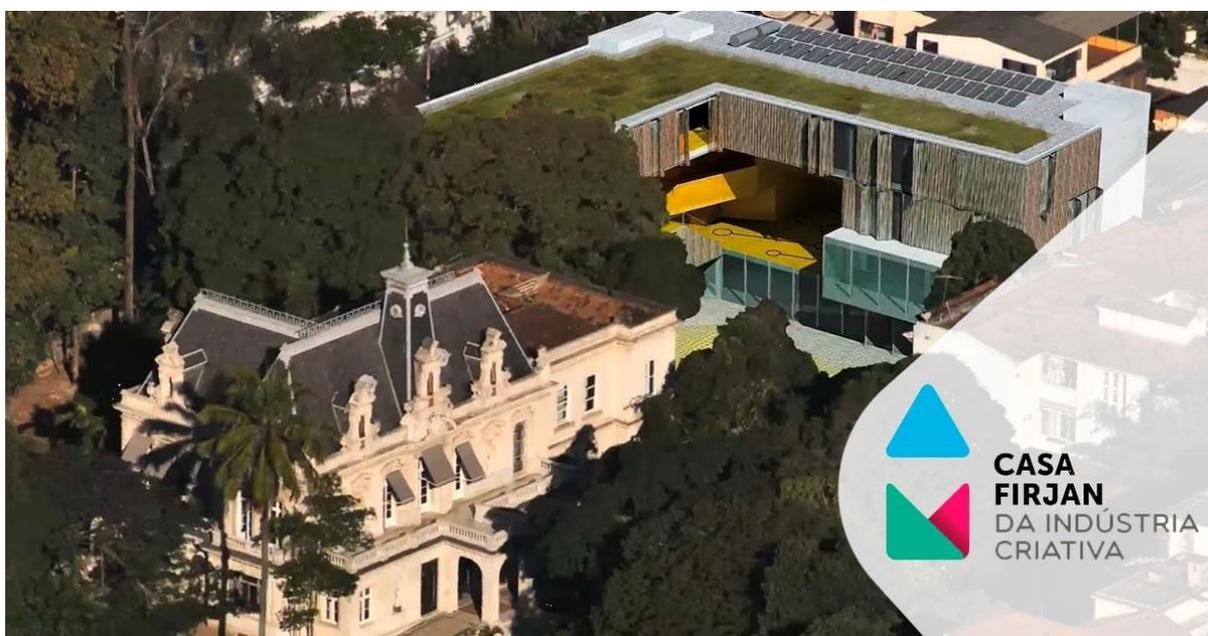
Fonte: FIRJAN, 2014.

A Indústria Criativa não é vista como uma nova e exclusiva área dentro da indústria e sim, um adendo para os meios de produção tradicionais. A criatividade é o principal combustível da inovação, que cumpre a função de redesenhar em permanência os contornos do espírito do tempo.

É por isso que a identificação e a análise de tendências seja no nível dos influentes macro movimentos socioculturais ou dos microfenômenos passageiros, que fazem girar a roda das inovações funcionam como uma plataforma privilegiada para a criação e como oxigênio para as indústrias criativas, que influenciam cada vez mais os estilos de vida e o consumo. (CALDAS, 2017).

Através do discurso de Caldas, é possível concluir que a pesquisa e análise para a definição de novas tendências conforme os novos modos de consumo praticados pela população é de extrema importância para o desenvolvimento da inovação de novos produtos, colaborando para a aproximação do consumo com a adoção de novos estilos de vida dos consumidores.

Figura 3 – Casa FIRJAN da Industria Criativa



Fonte: FIRJAN, 2017.

A partir destas considerações sobre estas novas tendências é que a FIRJAN criou um polo de produção de conhecimento para auxiliar no desenvolvimento de novos produtos, estreitando os laços entre a indústria clássica e os talentos criativos.

O objetivo deste polo é gerar valor e diferenciação para os produtos, serviços e negócios para diversos setores da economia.

Segundo o site da FIRJAN (2017), o local servirá para “O espaço servirá para o debate dos desafios e rumos dos setores da indústria criativa e para a construção de programas que irão elevar a competitividade empresarial e a geração de emprego e renda”.

### **3.2 PROGRAMA DE INTERCÂMBIO “CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS”**

A produção científica brasileira vem se destacando mundialmente devido ao forte investimento e fomento às pesquisas nos mais diversos setores. Em 2010, a revista Science<sup>2</sup> em sua 331 edição, destaca a ciência brasileira como principal tema, trazendo uma reportagem de seis páginas contendo dados de pesquisas realizadas nas áreas da neurociência, agropecuária, mineral e ecológica. O conteúdo da revista é um dos materiais mais prestigiados do ramo da ciência, sendo reconhecida e comercializada mundialmente. Ainda que a revista Science tenha destacado o avanço científico no Brasil em 2010, a taxa de publicação de artigos de alto impacto ainda era baixa, sendo necessária uma remodelação na gestão científica do país, para que o mesmo possa ser mundialmente reconhecido como um importante campo de pesquisa. (LEMES, 2010)

Diante deste cenário de significativos avanços na produção científica no Brasil, o ministério da ciência e tecnologia atentou-se a proporção de doutores ao número expressivo de brasileiros, estando longe do ideal para um país em desenvolvimento. Segundo a pesquisa realizada pela UNESCO (2010), em 2007 o Brasil possuía 657 doutores por um milhão de habitantes, sendo um número baixo quando comparado a países desenvolvidos ou até mesmo a taxa média mundial que é de 1.081 por milhão de habitantes. Em países desenvolvidos como a Coreia, este número era de 4.627 doutores por milhão de habitantes, um número expressivo se comparado ao Brasil. Dentre as pesquisas da PINTEC-IBGE em 2010, um dos fatores que também afetam o desenvolvimento do país é a falta da mão de obra qualificada nas indústrias (CAPES, 2011).

Outro fator que prejudica o desenvolvimento da ciência no país é a falta de aproximação das pesquisas acadêmicas com o setor empresarial, resultando em

---

<sup>2</sup> Science Magazine é uma revista científica publicada pela Associação Americana para o Avanço da Ciência, considerada uma das revistas acadêmicas mais prestigiadas do mundo (AAAS, 2017)

uma baixa taxa de registros de patentes em âmbito nacional e internacional, prejudicando a inovação e conseqüentemente a competitividade do Brasil em relação a economia mundial. Outras características como a geolocalização, idioma e sistema de educação ineficiente são fatores que dificultam a formação e visão internacional dos brasileiros.

A língua portuguesa é considerada uma das mais faladas no âmbito universal, mas em questão de abrangência, ela é restrita a poucos países. O sistema de ensino no Brasil é considerado deficiente no quesito de internacionalização, uma vez que não possui ações voltadas para ampliar o conhecimento dos alunos diante a outras culturas. Um dos fatores que influencia para essa deficiência é que os países da América Latina são isolados e de grande extensão territorial, dificultando a mobilidade e conseqüentemente a interação com as culturas de outros países. (LEMES, 2010)

Nas décadas de 70 e 80 houve um expressivo número de estudantes que buscavam a oportunidade de estudar no exterior. Por vez, estes estudantes tiveram a oportunidade de realizar o intercâmbio o que contribuiu consideravelmente para o desenvolvimento da ciência brasileira. Diante desta experiência, tornou-se interessante investir na internacionalização dos pesquisadores e assim desenvolver as pesquisas no âmbito nacional.

Diante destes fatos, o ministério da Ciência e Tecnologia juntamente com o ministério da Educação e governo federal buscaram internacionalizar a educação através do programa de intercâmbio acadêmico Ciências Sem Fronteiras. Este programa tem como objetivo dar início a uma transformação estratégica na formação de recursos humanos especializados, com o intuito de preparar os estudantes para as necessidades exigidas pela pesquisa e inovação científica e conseqüentemente o desenvolvimento do país.

Figura 4 – Identidade visual do programa de intercâmbio “Ciências sem Fronteiras”



Fonte: CAPES, 2011.

O programa foi lançado em 2011 e não pretendia modificar o sistema de educação atual do país, mas apenas expor os estudantes em ambientes diferentes para estimular a competitividade e empreendedorismo. O mesmo não prevê apenas que estudantes pesquisadores brasileiros possam desenvolver pesquisas no exterior, mas também abre portas para que pesquisadores estrangeiros possam ser atraídos para desenvolver atividades profissionais no país. Os objetivos específicos do programa são:

- complementar a formação de estudantes brasileiros, dando-lhes a oportunidade de vivenciar experiências educacionais voltadas para a qualidade, o empreendedorismo, a competitividade e a inovação.
- complementar a formação do ponto de vista técnico em áreas consideradas como prioritárias e estratégicas para o Brasil.
- criar oportunidade de cooperação entre os grupos brasileiros e estrangeiros dentro e fora da academia.
- promover a cooperação técnico-científica entre pesquisadores brasileiros e pesquisadores de reconhecida liderança científica residentes no exterior por meio de Programas Bilaterais e Programa para fixação parcial no País, na forma de pesquisadores visitantes ou em caráter permanente.
- localizar centros e lideranças no exterior de interesse prioritário ou estratégico para o Brasil, em áreas e setores selecionados para estabelecimento de cooperação e treinamento.

(CAPES, 2011, p. 06)

Em seu primeiro edital, o programa previa disponibilizar cerca de 101 mil bolsas para os estudantes até 2015, sendo divididas entre as modalidades de desenvolvimento tecnológico, tecnólogo, graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado. O custeio destas bolsas fora financiado pelo governo federal (3,2 bilhões) e iniciativa privada (1,8 bilhões). Após a criação do programa, pesquisadores que mantiveram bolsas de pesquisa ativas através de órgãos como CAPES e CNPq e

que se encaixam com as áreas abrangidas pelo programa passariam a ser custeados pelo mesmo, ocupando uma parte das 101 mil bolsas ofertadas.

Para a operacionalização do programa, uma lista contendo áreas específicas a serem abordadas pelos pesquisadores foi criada a partir de estudos realizados pela Secretaria de Ensino Superior MEC, o Ministério da Indústria e Comércio e Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), levando em conta os investimentos no cenário atual e futuro do país.

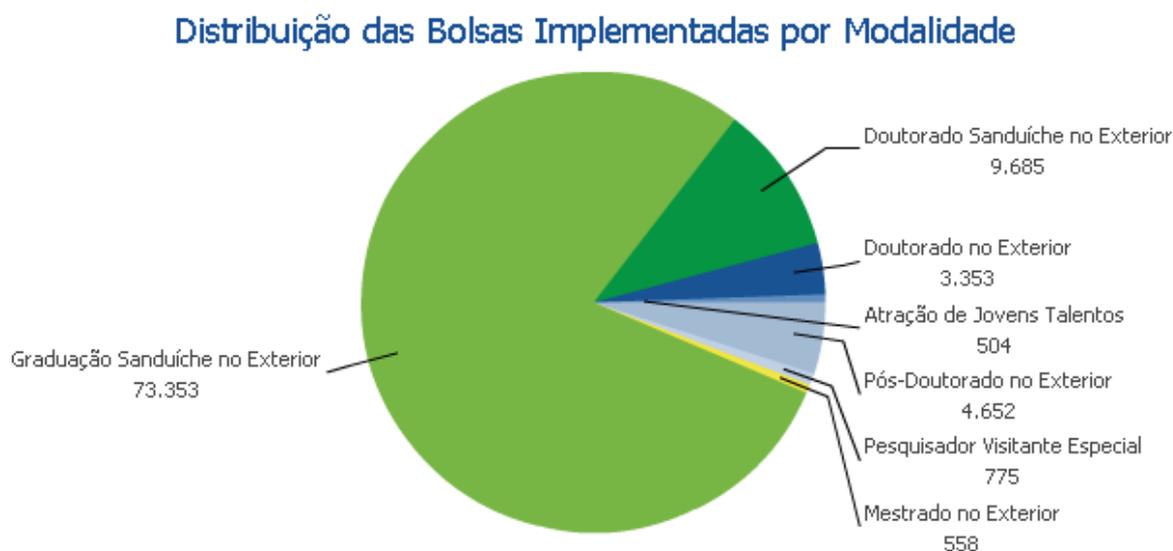
- Engenharias e demais áreas tecnológicas;
  - Ciências Exatas e da Terra: Física, Química, Biologia e Geociências
  - Ciências Biomédicas e da Saúde
  - Computação e tecnologias da informação;
  - Tecnologia Aeroespacial;
  - Fármacos;
  - Produção Agrícola Sustentável;
  - Petróleo, Gás e Carvão Mineral;
  - Energias Renováveis;
  - Tecnologia Mineral;
  - Biotecnologia;
  - Nanotecnologia e Novos materiais;
  - Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais;
  - Biodiversidade e Bioprospecção;
  - Ciências do Mar;
  - Indústria criativa;
  - Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva
  - Formação de Tecnólogos.
- (CAPES, 2011, p. 06-07)

O programa se torna atraente quando comparado a outros programas do gênero disponíveis a população brasileira. A alta qualidade das universidades de destino como também pelos recursos adicionais que se oferta para os participantes, como passagens, seguro saúde, auxílio de material didático e de equipamentos eletrônicos o torna interessante. Outro fator importante que torna o programa interessante é os principais destinos ofertados, os quais são bastante conhecidos e almejados pelos estudantes como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, México, Portugal, Espanha e entre outros. Estes países são escolhidos pelo segmento em que o aluno se encaixa, priorizando os melhores centros de pesquisa sobre determinado assunto a ser explorado. Para que o pesquisador possa se deslocar até esses países, o programa fornece bolsas que custeiam o pagamento dos deslocamentos entre país de origem e destino, alimentação, moradia e uma valor reserva para investimento em equipamentos tecnológicos que possibilitam com que os bolsistas possam realizar a pesquisa satisfatoriamente.

O ingresso para o programa segue algumas regras específicas, onde por exemplo, os beneficiados de graduação sanduíche devem comprovar que já realizaram 40% da sua graduação, terem ingressado na universidade pelos sistemas de PROUNI ou SISU e tenham tirado uma nota de no mínimo 650 pontos no Enem. Para a classificação dos possíveis bolsistas, o programa utiliza critérios como notas de desempenho acadêmico e proficiente em língua estrangeira a ser compatível com os países pré-estabelecidos pelas áreas pretendidas.

Até o mês de novembro de 2017 o número de bolsas implementadas era de 92.880 bolsas segundo o Painel de Controle do Programa Ciências sem Fronteiras, disponível no site do programa.

Figura 5: Gráfico de distribuição das bolsas em maio de 2017.



Fonte: (PROGRAMA CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS, 2017).

O programa de intercâmbio, em uma das suas últimas alterações em julho de 2017, findou a concessão de novas bolsas para alunos de graduação, mudando o foco do programa para apenas a modalidade de pós-graduação. O site de notícias G1, no no mesmo mês, postou uma nota referente ao término do programa para alunos de graduação, alegando que o programa não tem previsão de verbas para a concessão de novas bolsas e que se manterá em funcionamento apenas para dar suporte aos pesquisadores das outras modalidades que estão com bolsas ativas. (G1, 2017)

## **4. IDEOLOGIA E RELAÇÕES DE PODER NO PROGRAMA CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE**

### **4.1 IDEOLOGIA: O PERCURSO DE UM CONCEITO CONTROVERSO**

Originalmente introduzido por Destutt de Tracy, o termo Ideologia por muito tempo foi definido como “ciências das ideias” devido ao fato de estar presente no desenvolvimento do pensamento social e político. Inicialmente, o termo era imbuído de positivismo devido ao fato de ser discutido por pensadores do Ilusionismo Europeu, devendo ser “positivo, útil e suscetível a exatidão rigorosa”. Sendo assim, a Ideologia deveria ser classificada como a “primeira ciência” devido ao fato de todo o conhecimento científico era fruto de uma combinação de ideias (Thompson, 1995).

O termo ideologia foi um termo polêmico durante o final do século XVIII devido ao fato de seus estudiosos estarem ligados ao Republicanismo, onde eram oposição ao sistema político instaurado na França. Napoleão Bonaparte é quem, através de um golpe de estado, instaurou 10 anos do regime da Revolução Francesa. Inicialmente, Napoleão usou de considerações feitas por Destutt de Tracy e seus parceiros do Instituto Nacional para criar uma nova constituição, oferecendo cargos políticos importantes como recompensa. Devido ao fato de Tracy e seus parceiros “idéologues” apoiar o regime do Republicanismo, com o passar do tempo, se tornaram bodes expiatórios, virando-se contra o sistema imposto por Napoleão.

Não demorou muito para que Napoleão desconfiasse de Tracy e seus parceiros, revoltando-se contra o grupo e denunciando o que ele denominava como “Ideólogos”. Napoleão os acusou-os dizendo que o grupo tinha entendido mal a revolução e que estavam conspirando contra o novo regime. Devido a estes acontecimentos, a oposição de Napoleão aos Ideólogos se intensificou muito no próximo século, criando um clímax à medida em que o império que ele construiu começou a ruir. Com isto, Napoleão acusou os ideólogos de subverter o Estado e o poder da lei. A medida que Napoleão ia enfraquecendo, a sua obsessão por atacar os ideólogos foi se tornando mais forte, foi quando em um nota enviada para o conselho do Estado, publicada no jornal “Moniteur”, condenou a ideologia e a caracterizou como a negação da arte política astuta e inteligente (Thompson, 1990).

Durante a queda do regime instaurado por Napoleão, todo o tipos de pensamentos religiosos e políticos eram condenados como ideólogos. O próprio termo se tornou uma ferramenta nas mãos do imperador, que lutava

desesperadamente para silenciar seus oponentes e assim sustentar um regime em destruição.

Napoleão renunciou em 1814 e restaurou-se a dinastia de Bourbon na França. Isto possibilitou que Destutt de Tracy pudesse dar continuidade ao seu programa. Mas isto não foi possível devido ao fato de que o mesmo já havia se dissolvido. Foi assim que o conceito de Ideologia deixou de ser uma concepção positivista para ser uma concepção de ideias ilusórias e abstratas, aos quais eram dignas de ridicularização e desprezo.

Em seu livro, Jhon B. Thompson (1990) analisa as diferentes concepções de ideologia dos autores Destutt de Tracy, Lenin, Lukács e Mannheim, destacando que estas concepções tem uma característica em comum, elas são “neutras”. Elas não possuem um sentido negativo, pejorativo ou implicam na teoria em que a ideologia deve ser um fenômeno a ser combatido e, se possível, eliminado. Em contrapartida, concepções elaboradas por Napoleão, Marx e Mannheim tem sentido negativo e indicam que os fenômenos ideológicos são suscetíveis a críticas.

A partir desta análise, Thompson cria uma concepção própria de ideologia que é caracterizada pela maneira como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder. Para poder compreender a ideologia, deve-se antes dar um sentido material a palavra, usando a técnica dos signos. É através destes signos que o discurso ideológico por sua vez é estruturado, os quais ligam-se através das diversas bases que compõem a vida social. Estes signos são partes da consciência individual e desenvolvidos a partir de intercâmbios comunicacionais, onde os mesmos não escapam de uma perspectiva ideológica vinculada ao que defendemos, e ao mesmo tempo, são partes de uma produção social.

Em relação ao âmbito epistemológico, o autor Marcelo Rocha (2008) em seu livro *No Reino da Serpente: Ideologia, Transgressão e Leitura em Pedro Juan Gutiérrez*, caracteriza o conceito de “Ideologia” como: “a articulação de elementos deformadores da realidade que possam incidir na elaboração do conhecimento por parte do sujeito”. Ou seja, o discurso ideológico como uma “sombra” do real, articulando a interpretação da verdade como a ideia de uma “ilusão de ótica”. Essa ilusão é produzida pela elaboração de fatos e ideias as quais o observador possa se apoiar, dificultando o reconhecimento do engano, “maquiando” a verdade, como se a mesma fosse tão real quanto a sua verdadeira origem. Seguindo a linha de raciocínio, podemos exemplificar o *Mito da Caverna*, na República de Platão (2007),

que alertava para a diferença entre o mundo inteligível e o mundo sensível, cuja a indistinção causaria um exame equivocado entre a realidade e as sombras desse “real”, projetadas na parede da caverna. Segundo Rocha (2008):

“O signo, portanto, transforma-se no espaço em que se apresentam os conflitos sociais e, especialmente, onde a luta de classe se inicia. É justamente o movimento possibilitado por interesses sociais em conflito que sustenta o dinamismo e a vitalidade do signo social” (p.18).

ROCHA ainda cita EAGLETON (1997) em seu livro, onde descreve a que há um dificuldade em definir o termo “Ideologia”, devido ao fato deste termo ser uma espécie de tecido composto por fios conceituais ligados a peculiaridades históricas divergentes. Ou seja, só é possível definir o termo ideologia através de vários seguimentos:

a) o processo de produção de significados, signos e valores da vida social; b) um corpo de ideias característicos de um determinado grupo ou classe social; c) ideias que ajudam a legitimar um poder político dominante; d) ideias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante; e) comunicação sistematicamente distorcida; f) aquilo que confere certa posição a um sujeito; g) formas de pensamento motivadas a um sujeito; g) formas de pensamento motivadas por interesses sociais; h) pensamento de identidade i) ilusão socialmente necessária; j) a conjuntura de discurso e poder; k) o veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo; l) conjunto de crenças orientadas para a ação; m) a confusão entre realidade linguística e realidade fenomenal; n) oclusão semiótica; o) o meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social; p) o processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural. (EAGLETON, 1997, p. 15 - 16).

Diante das mais diversas definições de ideologia, sendo em alguns casos uma contraditória a outra, por vez a ideologia pode ser caracterizada como uma realidade (linguística, fenomenal ou social) com essência mística ou até mesmo distorcida. (ROCHA, 2008)

Retomando o autor John P. Thompson (1995), o mesmo disserta que a ideologia poder ser definida como “...um sistema de crenças, ou formas e práticas simbólicas”. Buscando operacionalizar sua teoria, Thompson divide a concepção de ideologia em cinco diferentes modos, sendo eles a legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e a reificação.

Tabela 2 – Modos de operação da Ideologia segundo Thompson

<b>Modos Gerais</b>	<b>Algumas Estratégias Típicas de Construção Simbólica</b>
Legitimação	Racionalização Universalização Narrativização
Dissimulação	Deslocamento Eufemização Tropo (sinédoque, metonímia, metáfora)
Unificação	Estandarização Simbolização da unidade
Fragmentação	Diferenciação Espurgo do outro
Reificação	Naturalização Eternização Nominalização/ passivização

Fonte: Thompson, 1995, p. 81.

Essa operacionalização resulta em um melhor entendimento do conceito e possibilita com que o mesmo possa ser identificado em diferentes sentidos. Sendo eles, apresentados por Thompson (1995, p.82):

- *Legitimação*: relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas, como observou Max Weber, pelo fato de serem representadas como legítimas, isto é, como justas e dignas de apoio.
- *Dissimulação*: relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem ocultadas, negas ou obscurecidas, ou pelo fato de serem representadas de uma maneira que desvia a nossa atenção, ou passa por cima de relações e processos existentes.
- *Unificação*: relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas através da construção, no nível simbólico, de uma forma de unidade que interliga os indivíduos numa identidade coletiva, independente das diferenças e divisões que possam separá-los.
- *Fragmentação*: relações de dominação podem ser mantidas não unificando as pessoas numa coletividade, mas segmentando aqueles indivíduos e grupos que possam ser capazes de se transformar num desafio real aos grupos dominantes, ou dirigindo forças de oposição

potencial em direção a um alvo que é projetado como mau, perigoso ou ameaçador.

- *Reificação*: relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pela retratação de uma situação transitória, histórica, como se essa situação fosse permanente, natural, atemporal.

Através da operacionalização realizada por Thompson (1995), se tornou possível identificar que o conceito de Ideologia aqui usado é crítico e negativo, diferenciando do termo original anterior a Napoleão Bonaparte. Sendo assim, a sua teoria implica na definição de que um objeto ideológico é caracterizado como enganador, ilusório e parcial. Por fim, é conclusivo de que a caracterização de fenômenos ideológicos implica em carregar consigo um criticismo implícito ou a própria condenação.

Sendo assim, com base na teoria de J. B. Thompson será possível analisar e identificar o discurso ideológico nos documentos disponibilizados pelo programa de intercâmbio e procurar confirmar a hipótese de que um ou mais modos de operação estão presentes nos textos.

## 4.2 ANÁLISE

Com base na pesquisa realizada até o presente momento, é necessária a análise documental dos materiais disponibilizados pelo programa de intercâmbio “Ciências sem Fronteiras” a fim de cumprir o objetivo desta investigação que é: “analisar o programa de intercâmbio Ciências Sem Fronteiras e as alterações no campo da Indústria Criativa, a fim de relacioná-los com a teoria da Ideologia”. Para isto, o trabalho irá trazer fragmentos e recortes de documentos oficiais disponibilizados pelo programa de intercâmbio, tais como o site oficial do programa e também Diários da Oficiais da União que contenham portarias relacionadas às alterações.

Para iniciar o estudo, é necessário analisar o programa de intercâmbio como um todo e como este define-se a partir dos documentos oficiais, para assim traçar um caminho até as alterações. Para analisar o programa, a pesquisa irá analisar trazer alguns recortes retirados do site oficial do programa na internet.

Na primeira imagem, é possível visualizar a aba referente a “O programa”, sendo a primeira página a aparecer quando se entra no site. Clicando nesta aba, uma subpágina é carregada, seguido do texto com título “O que é?”:

“Ciência sem Fronteiras é um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC” (PROGRAMA CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS, 2017).

No primeiro parágrafo do texto presente nesta aba é explícito que o objetivo do programa é: “a busca por promover a expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, através do intercâmbio”.

Figura 6 - Aba “O Programa” retirado do site oficial do programa de intercâmbio “Ciências Sem Fronteiras”.

The image shows a screenshot of the 'Ciência Sem Fronteiras' website. At the top, there is a navigation bar with the following tabs: BRASIL, Acesso à informação, Participe, Serviços, Legislação, and Canais. Below the navigation bar is a large graphic with the text 'CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS' and a search bar labeled 'Pesquisar...'. A secondary navigation bar contains the following links: Início, O programa, Inscrições e Resultados, Países e Parceiros, Bolsistas e Investimentos, Empresas, and Dúvidas frequentes. Below this, there is a breadcrumb trail: 'Você está em: Portal CSF > O programa'. On the left side, there is a dark sidebar menu with the following items: O programa, Objetivos, Metas, Áreas Contempladas, Instituições de destino, Modalidade de bolsas no exterior, Modalidade de bolsas no país, Coordenadores Institucionais, Valores de Auxílios e Bolsas, Documentos, Logomarca, and Cartão Bolsista no Exterior. The main content area is titled 'O que é?' and contains the following text:

Ciência sem Fronteiras é um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC.

O projeto prevê a utilização de até 101 mil bolsas em quatro anos para promover intercâmbio, de forma que alunos de graduação e pós-graduação façam estágio no exterior com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação. Além disso, busca atrair pesquisadores do exterior que queiram se fixar no Brasil ou estabelecer parcerias com os pesquisadores brasileiros nas áreas prioritárias definidas no Programa, bem como criar oportunidade para que pesquisadores de empresas recebam treinamento especializado no exterior.

Fonte: PROGRAMA CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS, 2017.

Neste mesmo parágrafo, não é possível identificar o porquê desta procura pelo aumento da internacionalização da competitividade. Em busca por entender esse aumento, foi-se necessário procurar outros materiais que poderiam trazer está

resposta. Sendo assim, esta resposta poder ser encontrada através de um documento disponibilizado para download através do site da CAPES, mais especificadamente na aba “Ciências Sem Fronteiras”.

“A ciência brasileira apresentou significativa expansão nos últimos anos e tem produzido pesquisa de alta qualidade em diversas áreas do conhecimento. No entanto, ainda há muito por avançar. A proporção de doutores por milhão de habitantes, por exemplo, ainda está muito aquém do ideal para um país com as características de rápido crescimento econômico como o Brasil neste momento. Outro aspecto que também merece mais atenção é a baixa interação entre a pesquisa acadêmica e o setor empresarial e a sociedade civil, em geral. Todos os países economicamente desenvolvidos apresentam taxas de doutores por habitantes maiores que as do Brasil. Segundo relatório da UNESCO em 2010, em 2007 possuíamos 657 doutores por milhão de habitantes, uma taxa baixa quando comparada à de 3.656 dos países desenvolvidos ou à média mundial de 1.081 (dados todos do mesmo ano). Para comparação, o número de doutores por milhão de habitantes é de 4.627 na Coreia, de 3.304 na Rússia e de 1.071 na China. Os dados da última PINTEC-IBGE (Pesquisa e Inovação Tecnológica) indicam que a indústria sente bastante a falta de pessoal altamente qualificado para integrar seus quadros” (CAPES, 2011 pág.05).

O primeiro parágrafo deste documento disponibilizado, apresentado acima, traz dados estatísticos sobre o número de Doutores no Brasil, onde alerta sobre o fato deste número ser baixo em relação a outros países em desenvolvimento. A partir destes dados apresentados pelo relatório da UNESCO (2010), o programa torna-se uma ferramenta para impulsionar a pesquisa no país, tornando-se competitivo através de um sistema mundial de pesquisadores. Neste parágrafo também é dissertado sobre a falta de pesquisas acadêmicas que relacionem o setor empresarial e a sociedade, reforçando a necessidade de aumentar o número de pesquisas neste quesito.

Avançando, na aba “Objetivos” do site é definido cinco objetivos gerais para o programa: O primeiro condiz ao investimento na formação de pessoal altamente qualificado nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade de conhecimento, ou seja, a atribuição de conhecimento provenientes de outras culturas para a formação de profissionais singulares; O segundo objetivo é aumentar o número de pesquisadores presentes em instituições renomadas no exterior; O terceiro objetivo profere sobre a intenção de oportunizar com que as instituições brasileiras possam receber pesquisadores estrangeiros; O quarto objetivo é bem específico e disserta sobre a intenção de ampliar o conhecimento inovador de

peçoal das Indústrias Tecnológicas; O quinto e último objetivo diz respeito ao objetivo de atrair jovens talentos científicos e investigadores altamente qualificados para trabalhar no Brasil, ou seja, atrair pesquisadores altamente qualificados para trabalhar em grandes indústrias parceiras do programa de intercâmbio.

Figura 7 - Aba “Objetivos” retirado do site oficial do programa de intercâmbio “Ciências Sem Fronteiras”.



Fonte: PROGRAMA CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS, 2017

Todos os cinco objetivos estão ligados diretamente com a justificativa sobre a criação do programa que é instigar estudantes de graduação e pós-graduação a realizar pesquisas que relacionem o setor empresarial com a sociedade, colocando o Brasil em competição com países desenvolvidos em relação ao desenvolvimento de pesquisas inovadoras.

A próxima aba “Áreas Contempladas” apresenta as 18 áreas contempladas para a distribuição das bolsas pelo programa, sendo que em seu primeiro edital, o programa definiu que seriam disponibilizadas 101 mil bolsas, em um período de quatro anos. Segundo o arquivo disponibilizado pela CAPES (2011), o rateio das bolsas pelo programa seria feito através das modalidades de graduação, tecnólogo, desenvolvimento tecnológico, doutorado sanduíche, doutorado pleno, pós-doutorado

e mestrado profissional, onde estes pesquisadores poderiam participar de aulas em universidades e realizar estágios nas áreas pretendidas.

Figura 8 - Aba “Áreas Contempladas” retirado do site oficial do programa de intercâmbio “Ciências Sem Fronteiras”.

The screenshot shows the website interface for 'Ciências Sem Fronteiras'. At the top, there is a navigation bar with links for 'BRASIL', 'Acesso à informação', 'Participe', 'Serviços', 'Legislação', and 'Canais'. Below this is a large graphic with the text 'CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS' and a search bar labeled 'Pesquisar...'. A breadcrumb trail indicates the current location: 'Início > O programa > Inscrições e Resultados > Países e Parceiros > Bolsistas e Investimentos > Empresas > Dúvidas frequentes'. The main content area is titled 'Áreas Contempladas' and lists the following areas:

- Engenharias e demais áreas tecnológicas;
- Ciências Exatas e da Terra;
- Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde;
- Computação e Tecnologias da Informação;
- Tecnologia Aeroespacial;
- Fármacos;
- Produção Agrícola Sustentável;
- Petróleo, Gás e Carvão Mineral;
- Energias Renováveis;
- Tecnologia Mineral;
- Biotecnologia;
- Nanotecnologia e Novos Materiais;
- Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais;
- Biodiversidade e Bioprospecção;
- Ciências do Mar;
- Indústria Criativa (voltada a produtos e processos para desenvolvimento tecnológico e inovação);
- Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva;
- Formação de Tecnólogos.

Fonte: PROGRAMA CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS, 2017

Estas áreas são determinadas através de pesquisas realizadas pelos órgãos responsáveis pela criação e manutenção do programa, sendo eles o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e Ministério da Educação (MEC). Estas instituições tem o papel de lançar editais e portarias que modificam o programa conforme as necessidades apresentadas. Estes editais e portarias estão disponíveis em uma aba específica no site do programa, denomina “Documentos”. Como pode ser conferida na imagem quatro, a aba traz documentos como o decreto que institui o programa de intercâmbio em 2011, modelos de documentos para a tradução em outras línguas, planos de estudo para bolsistas e portarias que alteram o programa como um todo.

Figura 9 - Aba “Documentos” retirado do site oficial do programa de intercâmbio “Ciências Sem Fronteiras”.



The screenshot shows the official website for 'Ciências Sem Fronteiras'. At the top, there is a logo with the text 'CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS' and a search bar. Below the logo is a navigation menu with items: 'Início', 'O programa', 'Inscrições e Resultados', 'Países e Parceiros', 'Bolsistas e Investimentos', 'Empresas', and 'Dúvidas frequentes'. A breadcrumb trail indicates the current location: 'Você está em: Portal CSF > O programa > Documentos'. On the left, a sidebar menu under 'O programa' lists various categories, with 'Documentos' highlighted in green. The main content area is titled 'Documentos para download' and contains a table with 10 rows, each listing a document and a 'Baixar' (Download) link.

Documento	Ação
Portaria 973/2014 - Institui o Programa Idiomas sem Fronteiras	<a href="#">Baixar</a>
Plano de Estudos para os Bolsistas de Graduação Sanduíche	<a href="#">Baixar</a>
Portaria Interministerial - Define os temas e as áreas Prioritárias do CsF	<a href="#">Baixar</a>
Portaria - Membros do Comitê Executivo do CsF	<a href="#">Baixar</a>
Portaria - Membros do Comitê de Assessoramento do CsF	<a href="#">Baixar</a>
Decreto nº 7642 - Institui o Programa Ciência sem Fronteiras	<a href="#">Baixar</a>
Carta aos Reitores - Acordo de adesão das Instituições de Ensino Superior	<a href="#">Baixar</a>
Acordo de adesão das Instituições de Ensino Superior	<a href="#">Baixar</a>
Modelo de currículo para pesquisadores estrangeiros	<a href="#">Baixar</a>
Portaria Interministerial nº 2 - Designa o Comitê de Acompanhamento e Assessoramento do Programa Ciência sem Fronteiras - CAA	<a href="#">Baixar</a>

Fonte: PROGRAMA CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS, 2017

Já recapitulada a criação do programa de intercâmbio e como o mesmo é composto através da análise de alguns tópicos do site oficial, a presente análise busca realizar uma crítica ao programa, com base nas alterações que o mesmo realizou no campo da Indústria Criativa.

A primeira alteração sobre o campo da Indústria Criativa aconteceu em 9 de janeiro de 2013 através da portaria interministerial de número um. Esta alteração pode ser encontrada na aba “Dúvidas Frequentes” no site. Esta aba inicia o texto com tom convidativo a sanar dúvidas dos possíveis interessados a participar do programa, repetindo novamente os objetivos do programa e como os interessados podem participar. Logo abaixo, é novamente descrito as áreas contempladas pelo programa, mas agora com outra colocação. Anteriormente, quando se a titulação para estas áreas era “Áreas contempladas pelo programa” e agora passou a ser “As áreas prioritárias do programa?”.

Figura 10 - Aba “Dúvidas frequentes” retirado do site oficial do programa de intercâmbio “Ciências Sem Fronteiras”

**Dúvidas frequentes**

- Estudante
- Instituições de ensino e pesquisa
- Outros

### Dúvidas frequentes

Aqui você encontrará as dúvidas mais comuns dos alunos e pesquisadores que desejam participar do Programa Ciência sem Fronteiras.

Por favor, clique no menu ao lado de acordo com a área de interesse.

Q: **O que é o programa Ciência sem Fronteiras?**

É um programa que oferece oportunidades de bolsas de estudo no exterior, financiadas pelo Governo Federal para alunos de graduação, pós-graduação e de cursos superiores de tecnologia de instituições de ensino superior, públicas ou particulares de todo o país. Há também as bolsas no País, que incentivam a atração de renomados pesquisadores e líderes de grupos de pesquisa no exterior para o Brasil e de jovens cientistas, nas modalidades: Pesquisador Visitante Especial e Bolsa Jovens Talentos.

Q: **Como participar?**

Os candidatos de graduação precisam estudar em instituições brasileiras que tenham aderido ao programa. Já os de doutorado-sanduíche e doutorado pleno precisam ser aceitos nas universidades estrangeiras em que pretendem estudar antes de se inscreverem no programa. O candidato de ficar atento às chamadas que são abertas e divulgadas no site (<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/inscricoes-resultados>). As regras e os requisitos são disponibilizados em cada edital de acordo com a modalidade. As dúvidas sobre as chamadas podem ser esclarecidas pelo site (<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/duvidas-frequentes>) ou pelo telefone 0800-616161 (opção 0 subopção1).

Q: **Quais são as áreas prioritárias do programa?**

- Engenharias e demais áreas tecnológicas;
- Ciências Exatas e da Terra;
- Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde;
- Computação e Tecnologias da Informação;
- Tecnologia Aeroespacial;

Fonte: PROGRAMA CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS, 2017.

A partir desta troca, é possível afirmar que anteriormente somente citava as áreas a serem abordadas pelo programa e após o lançamento da portaria, passou a classifica-las através de uma lista de prioridades. Com esta ação é possível pressupor que através desta classificação os pesquisadores pertencentes as primeiras áreas da lista têm preferência e que os pesquisadores das últimas terão mais dificuldade na obtenção das bolsas.

Dando seguimento a análise, o quarto parágrafo inicia com a pergunta “Por que as áreas de humanas e sociais não são contempladas?”. Esta pergunta já afirma o que foi pressuposto no parágrafo anterior, quando algumas áreas a partir da classificação foram excluídas do programa. É a partir desta exclusão que esta análise torna-se crítica com o objetivo de relacionar este acontecimento com um modo operacional da ideologia.

Figura 11 - Aba “Dúvidas Frequentes” retirado do site oficial do programa de intercâmbio “Ciências Sem Fronteiras”.

- Biotecnologia;
- Nanotecnologia e Novos Materiais;
- Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais;
- Biodiversidade e Bioprospecção;
- Ciências do Mar;
- Indústria Criativa (voltada a produtos e processos para desenvolvimento tecnológico e inovação);
- Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva;
- Formação de Tecnólogos.

Por que as áreas de humanas e sociais não são contempladas?

A Portaria Interministerial nº 1, de 9 de janeiro de 2013, determinou as áreas e temas prioritários de atuação do Programa Ciência sem Fronteiras. Caberá à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, vinculada ao Ministério da Educação, e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, definirem a pertinência das candidaturas às diversas áreas e temas, conforme o curso de origem dos candidatos.

Por que o ENEM é pré-requisito para participação no programa?

O ENEM é considerado não apenas um indicador de qualidade para o ensino médio, mas também um dos instrumentos de política pública voltado a permitir maior democratização das oportunidades de acesso ao ensino superior. Procedeu-se a adoção do ENEM como indicador de mérito acadêmico atribuído aos candidatos do Programa Ciência sem Fronteiras da modalidade "Graduação Sanduíche" por sua consolidação como o principal parâmetro governamental de avaliação do desempenho dos estudantes brasileiros egressos do ensino médio, e sendo este progressivamente adotado pelas Instituições de Ensino Superior no país como meio de aprovação ao Nível Superior.

Tal decisão pautou-se principalmente pela conformação ao princípio da Economicidade nos gastos da Administração Pública, previsto na Lei 8.666/93, visto que o ENEM é um processo unificado, simplificado e já consolidado de avaliação, dispensando-se a necessidade de novo teste nacional de avaliação acadêmica, bem como todos os dispêndios decorrentes deste.

Fonte: PROGRAMA CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS, 2017.

É possível observar que a resposta apresentada no quarto parágrafo que busca responder à pergunta “Por que as áreas de humanas e sociais não são contempladas”, é rasa e sem justificativa, apenas explana que há uma portaria que define as áreas prioritárias para o programa, dando a entender que os cursos pertencentes a área de humanas e sociais não é uma das áreas prioritárias para o programa. Ou seja, não há uma justificativa clara e concisa para a supressão das áreas humanas e sociais.

Continuando a analisar o texto, o programa disserta sobre a possibilidade de concessão de novas bolsas para os pesquisadores pertencentes a área da indústria

criativa, mas essa concessão é resultado de um processo de verificação de relevância dos trabalhos enviados pelos responsáveis do programa. Em suma, para que haja novas candidaturas de pesquisadores da área da indústria criativa ficará a critério da Capes e CNPq avaliar a relevância de cada trabalho apresentado. Uma breve observação que se faz a pergunta título que norteia o parágrafo é de que a mesma não condiz com o desenvolvimento do texto apresentado no parágrafo.

Sendo assim, se faz necessário a presente pesquisa trazer um pequeno recorte do Diário da União do dia 13 de janeiro de 2013, onde encontra-se a possível explicação para a exclusão.

Figura 12 - Recorte “Portaria Interministerial Nº1 de 9 de janeiro de 2013” retirado do Diário da União do dia 13 de janeiro de 2013.

**Ministério da Educação**

**GABINETE DO MINISTRO**

**PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1,  
DE 9 DE JANEIRO DE 2013**

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhes foram conferidas pelo art. 13 do Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011, e considerando proposta aprovada pelo Comitê Executivo e homologada pelo Comitê de Acompanhamento e Assessoramento - CAA do Programa Ciência sem Fronteiras, instituído pelas Portarias Interministeriais MEC/MCTI nº 382, de 12 de abril de 2012 e nº 648, de 21 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º Ficam instituídas as áreas e temas prioritários de atuação do Programa Ciência sem Fronteiras, indicados a seguir:

- I - engenharias e demais áreas tecnológicas;
- II - ciências exatas e da terra;
- III - biologia, ciências biomédicas e da saúde;
- IV - computação e tecnologias da informação;
- V - tecnologia aeroespacial;
- VI - fármacos;
- VII - produção agrícola sustentável;
- VIII - petróleo, gás e carvão mineral;
- IX - energias renováveis;
- X - tecnologia mineral;
- XI - biotecnologia;
- XII - nanotecnologia e novos materiais;
- XIII - tecnologias de prevenção e mitigação de desastres naturais;
- XIV - biodiversidade e bioprospecção;
- XV - ciências do mar;
- XVI - indústria criativa;
- XVII - novas tecnologias de engenharia construtiva; e
- XVIII - formação de tecnólogos.

Parágrafo único. Caberá à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, vinculada ao Ministério da Educação, e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, definir a pertinência das candidaturas às diversas áreas e temas, conforme o curso de origem dos candidatos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA  
Ministro do Estado da Educação

MARCOS ANTONIO RAUPP  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

**ALOIZIO MERCADANTE OLIVA  
COLÉGIO PEDRO II**

**PORTARIA Nº 14, DE 9 DE JANEIRO DE 2013**

A RETORA, por tempo do COLÉGIO PEDRO II, no uso de suas atribuições legais ex vi da Lei nº 11.893, de 29 de dezembro de 2008, resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado, destinado ao cadastramento de Professores, de acordo com a Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993, com redação dada pelas Leis nº 9.899, de 26 de outubro de 1999 e nº 10.667, de 14 de maio de 2003, nas disciplinas abaixo discriminadas, na forma da Edital nº 11 de 26 de outubro de 2012, publicado no D.O.U. de 5 de novembro de 2012.

**1º SEMESTRO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Classificação	Número de Inscrição	Nome do Candidato	Total de Pontos
1	1062100001	MARIA LUCIA DE ARAUJO MOTA	390
2	1062100002	MARCELA ALVES DE FERREIRA	351
3	1062100003	INELA DOS REIS MOUTO	344
4	1062100004	MARLENE CARDOSO FRANÇA	330
5	1062100005	HELISA DE DE ALMEIDA MARQUES	328
6	1062100006	JANA LUIZA CANDIDA BARBOSA	321
7	1062100007	MITA DE CARVALHO RODRIGUES	320
8	1062100008	FÁTIMA MARIA DEUSILVANA SOARES	320
9	1062100009	ELIANE DOS SANTOS OLIVEIRA DE CARVALHO	314
10	1062100010	SYLVIANE ANTUNES DE MOURA	313
11	1062100011	MARILENE LORES DE FREITAS	300
12	1062100012	VERA LUCIA DE MELO ARAUJO	300
13	1062100013	MARLENE FARIANO ALVES DA SILVA	300
14	1062100014	CHRISTIAN MARGA OLIVEIRA MARQUES	300
15	1062100015	MARLENE LUIZA MARQUES DE MOURA	300
16	1062100016	JOÃO PAULO BENEDETTI DA SILVA	300

Classificação	Número de Inscrição	Nome do Candidato	Total de Pontos
1	1062100017	TERESIA SINDUS TAKES	327
2	1062100018	REGINA VEIRA DE QUEIROZ DE AGUIAR	300
3	1062100019	HELENE DE ALMEIDA MACHADO DE SOUZA	300
4	1062100020	MONIQUE DEBEDIERI DA SILVA MOUTO	300
5	1062100021	PARANÁ FERREIRA DORCA CARDOSO BARROS	194
6	1062100022	LEANDRO FERREZ CARVALHO	181
7	1062100023	ALEXANDRA SIABRA MELO OLIVEIRA	180
8	1062100024	THAYANE APARECIDA MOURA BARBOSA	176
9	1062100025	MARCELO HELANO DE SOUZA	151

**FILOSOFIA**

Classificação	Número de Inscrição	Nome do Candidato	Total de Pontos
1	1062100026	ALICE CRISTINA OLIVEIRA DE LACERDA	323
2	1062100027	DANIELA MARCELA FERREIRA DE LACERDA	313
3	1062100028	POLYANA FERREIRA VELOSO	311
4	1062100029	CAMILA FERREIRA CAVALARI DE SOUZA	300
5	1062100030	THAYANÉ FERREIRA DE SOUZA FERREIRA	300
6	1062100031	RENATA LUIZE FERREIRA CARVALHO	196
7	1062100032	VICTOR DEAS MORAES SOARES	192
8	1062100033	MARIA CLÁUDIA BERTAZZI	181
9	1062100034	JOÃO VALDÍCIO BASTIANELLI	180
10	1062100035	HELOISA ESTEFANA MORAES DE SOUZA	179
11	1062100036	LUIZ HELENA ASCHERMANN FERREZ FERREIRA	177
12	1062100037	INGRÊS ALVES DE ARAUJO	171
13	1062100038	LEANDRO GONÇALVES DE SOUZA	171
14	1062100039	MARCELO FRANCES DA COSTA FERREIRA	165
15	1062100040	FRAN SPINOLA GOMES SILVA	165
16	1062100041	THAYAN MORGANA SOARES OLIVEIRA	159

**FRANCÊS**

Classificação	Número de Inscrição	Nome do Candidato	Total de Pontos
1	1062100042	LUIZ PAULO DOS SANTOS SOUZA	327
2	1062100043	PAULINA LUIZ SOUZA DE SOUZA	300
3	1062100044	FRANÇOISE BARBOSA DA SILVA	281
4	1062100045	MARLENE DE MOURA FERREIRA	181
5	1062100046	FRANÇOISE LEBRENE DA COSTA FERREIRA	159
6	1062100047	OLAVIA SOARES DE SOUZA	159

**GEOGRAFIA**

Classificação	Número de Inscrição	Nome do Candidato	Total de Pontos
1	1062100048	HELENA ANDREA MOURA MACHADO	314
2	1062100049	THAYAN SANTOS DE SOUZA FERREIRA	307

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/astexto/2013/01/00024>

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fonte: PROGRAMA CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS, 2017.

Analisando a portaria interministerial nº1, podemos concluir que a mesma institui as áreas e temas prioritários de atuação do Programa Ciência sem Fronteiras, mas agora com caráter excludente, ou seja, não apresenta uma explicação para a implicação da área da indústria criativa não poder participar do programa. Nesse sentido, um dos modos operacionais da ideologia, conforme

Thompson (1995) que está subjacente a este processo é o da reificação, onde naturalizam-se determinados fatos ou eventos como se fossem inexoráveis.

Em relação ao objetivo do programa que é fomentar a pesquisa científica para desenvolver o país, a exclusão da área da indústria criativa e priorização das engenharias e demais áreas tecnológicas indica a adoção de um pensamento tradicional onde pressupõem que as engenharias são áreas mais importantes para o desenvolvimento do país em relação a indústria criativa. Ou seja, o pensamento aqui retratado pode ser classificado como atemporal, devido ao fato de que a engenharia era classificada como principal área para o desenvolvimento do país durante o império de D. João VI, no início do século XIX (PIANA, 2009).

Esta alusão de que a área das engenharias e demais áreas tecnológicas darão suporte ao desenvolvimento econômico nacional, é questionada devido ao fato países desenvolvidos como o Reino Unido e Austrália projetar a Indústria Criativa como a área força motriz para o desenvolvimento econômico dos mesmos. Estes países seguem o que vários autores como Bendassolli, Wood, Kirschbaum e Pina, de um novo modelo de economia pós-industrial, onde fundamenta-se no indivíduo e seus recursos intelectuais, com base na capacidade de formação de redes sociais e na troca de conhecimentos. Ou seja, a indústria criativa pode ser vista como um fenômeno da economia, desbancando a produção em massa e personalizando o processo de produção através dos desejos e anseios de cada consumidor (BENDASSOLLI et al., 2008).

Para fundamentar a crítica sobre a priorização das engenharias e outras tecnologias, se torna necessário trazer referências que relatem a atual condição da indústria criativa no Brasil. A UNESCO (2010) em seus relatórios retrata que a Economia Criativa, a qual os profissionais da área da indústria criativa estão inseridos, é uma forma de impulsionar o crescimento econômico e que representa uma alternativa para o desenvolvimento do país. Isto é devido ao fato de que a matéria prima usada neste setor é a criatividade, a qual, juntamente com a utilização de características culturais e sociais de um determinado país/região, se torna uma vantagem no desenvolvimento e elaboração de bens e serviços únicos e competitivos. Segundo os autores Costa e Santos (2011), os benefícios que economia criativa pode gerar vai muito além da criação de empregos, ela também tem o papel de entrelaçar a economia, cultura e aspectos sociais com a tecnologia,

provocando o desenvolvimento do processo evolucionista na produção de novos produtos.

Através destas reflexões sobre a exclusão, é necessário investigar a priorização da engenharia pelo viés de se estar direcionando o desenvolvimento das pesquisas conforme os anseios da classe dominante. Ou seja, o fato de permanecer com o pensamento de que as “áreas mais tradicionais” irão desenvolver o país é mascarado através dos interesses da classe dominante no país. Este fato se aproxima do modo operacional da Legitimação na Ideologia, onde segundo Thompson (1995, p.82) as “relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas, como observou Max Weber, pelo fato de serem representadas como legítimas e dignas de apoio”.

Ainda neste sentido, o autor Boaventura de Sousa Santos (2011) descreve em seu livro “A Universidade do Século XXI” sobre a forma com que as universidades se comportam perante a privatização do ensino de algum tempo para cá. Os pesquisadores universitários estão perdendo o controle sobre a agenda de pesquisa, sendo obrigados a se adaptar aos mecanismos de auto-regulamentação da comunidade científica e que os mesmos são controlados por centros de poder econômicos.

O apelo pela privatização teve na última década um impacto enorme nas universidades de muitos países, ao ponto de os investigadores universitários terem perdido muito do controle que tinham sobre as agendas de pesquisa. O caso mais gritante é o modo como se definem hoje as prioridades de pesquisa no domínio da saúde, onde as grandes doenças que afetam a grande parte da população do mundo (malária, tuberculose, HIV-Aids) não tem lugar nas prioridades de pesquisa. A partir do momento em que os mecanismos de autorregulação da comunidade científica passam a estar dependentes dos centros de poder econômico, só uma pressão democrática externa poderá levar em que os tema sem interesse comercial, mas de grande impacto social, entrem nas agendas de pesquisa. (SANTOS, 2011, p.99)

Neste sentido, o programa articula-se à ideia de manutenção das relações de poder e, por isso, executa alterações em seu funcionamento com base na sustentação de poder.

Desse modo, é possível inferir que a exclusão das áreas das ciências humanas e sociais do edital do Programa Ciências sem fronteiras obedece a uma determinação de mercado, ou seja, o prestígio das ciências humanas e sociais na economia de mercado pautada pelo empresariado é ainda muito pequena. Isso

significa dizer, de outro modo, que áreas mais tradicionais (Engenharias e áreas tecnológicas) ainda possuem primazia quando se pensa em ensino superior e, especialmente, em desenvolvimento econômico nacional.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A discussão sobre a indústria criativa como a área propulsora para o desenvolvimento econômico em determinados países não é recente. No Brasil, o reconhecimento da área está em processo de análise, sendo fortalecida através de estudos que monitoram o comportamento de profissionais considerados “criativos”.

Conforme uma pesquisa feita pela Unesco (2010), a área da indústria criativa é considerada um meio alternativo para o desenvolvimento dos países. Isto é explicado devido ao fato de que a matéria prima usada pelos profissionais desta área é a “criatividade”, a qual, se usada no processo de produção de bens e serviços, se torna um diferencial em relação aos demais produtos.

O fato da indústria criativa ainda ser uma área em processo de reconhecimento no Brasil afeta diretamente os profissionais que nela atuam, onde os mesmos por vez não são reconhecidos como colaboradores para o desenvolvimento do país. Esta falta de reconhecimento está ligada ao fato de que profissionais criativos elaboram a partir de uma matriz distinta, diferente das habituais consideradas primordiais para o crescimento do país.

Através destas constatações que pode-se concluir que há uma falta de compreensão sobre o papel dos profissionais pertencentes a indústria criativa no desenvolvimento do país. Esta falta de compreensão afeta os profissionais de diversas maneiras, sendo uma delas praticada pelo governo federal através da modificação do programa de intercâmbio Ciências sem Fronteiras, mais precisamente na criação de uma portaria a qual dificultou com que estudantes e pesquisadores atuantes na área da indústria criativa pudessem participar do programa. Sendo assim, tornou-se necessária a análise crítica do programa e suas modificações no campo da indústria criativa.

A composição desta pesquisa possibilitou identificar, através da análise crítica, o discurso ideológico presente nas alterações realizadas pelo programa, o qual é um programa de intercâmbio federal criado a partir de estratégias ligadas ao desenvolvimento do país. Neste caso, o discurso ideológico tem como principal

intenção mascarar a realidade e sustentar, através de elementos estratégicos, a ideia de que o que está sendo apresentado ali é natural e digno de apoio.

Diante disto, é possível afirmar que o objetivo geral da presente análise foi alcançado, sendo possível identificar a aproximação de dois modos operacionais da Ideologia, que correspondem a teoria da Legitimação e Reificação, as quais apontam que o programa se articula através da manutenção das relações de poder e que esta articulação está presente nas políticas educacionais praticadas no Brasil desde o período da colonização.

Esta aproximação com a teoria de ideologia deduz que o fato da priorização da distribuição de bolsas para pesquisadores das áreas mais tradicionais segue um modelo de estratégia antiga de desenvolvimento o país e que há uma falta de compreensão acerca das possibilidades produtivas das ciências humanas e sociais, como também de outras profissões pertencentes ao campo da Indústria Criativa. Também foi possível identificar que são as relações de poder, principalmente o poder econômico que induzem ou orientam as demandas da educação do país, ou seja, as políticas educacionais são acessórias.

## 6. REFERÊNCIAS

BENDASSOLLI, Pedro F. et al (Org.). **INDÚSTRIAS CRIATIVAS: DEFINIÇÃO, LIMITES E POSSIBILIDADES**. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v49n1/v49n1a03.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2008.

CALDAS, Dario. **Indústria criativa indica caminhos para os setores mais tradicionais**. A Folha. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/08/1912970-industria-criativa-indica-caminhos-para-os-setores-mais-tradicionais.shtml>. Acesso em: 25.09.2017.

CAPES. **Programa de Intercâmbio Ciências sem Fronteira. 2011**. Disponível em: [http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Ciencia-sem-Fronteiras\\_DocumentoCompleto\\_julho2011.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Ciencia-sem-Fronteiras_DocumentoCompleto_julho2011.pdf). Acesso em: 12/05/2017.

COSTA, Armando Dalla; SANTOS, Elson Rodrigo de Souza. **Economia criativa: novas oportunidades baseadas no capital intelectual. 2011**. <http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/revista/25%20Capa/Armando%20Dalla%20Costa%20-%20Elson%20Rodrigo%20Souza-Santos.pdf>

CUDISCHEVITCH, Clarice; LAMSTER, Isabela. **Ciência sem Fronteiras exclui pelo menos 24 cursos de novo edital.** O Estado de S. Paulo. 2012. Disponível em: <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,ciencia-sem-fronteiras-exclui-pelo-menos-24-cursos-de-novo-edital,963250>. Acesso em: 12/05/2017.

CORNFORD, J; CHARLES, D. Culture Cluster Mapping and Analysis: **A D Report for ONE North East. Centre for Urban and Regional Developm Studies**, University of Newcastle upon Tyne, UK, 2001. Disponível em <http://www.campus.ncl.ac.uk/unbs/bylife2/lib/files/4731report.pdf>. Acesso em 04.12.2006

DCMS (Department for Culture, Media and Sport). **Creative indust mapping document.** Disponível em: [http://www.culture.gov.uk/global/blications/archive\\_1998/Creative\\_Industries\\_Mapping\\_Document\\_19.html](http://www.culture.gov.uk/global/blications/archive_1998/Creative_Industries_Mapping_Document_19.html). Acesso em 20.09.2017.

EAGLETON, T. **Ideologia: uma introdução.** Tradução de Silvana Vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Editora Boitempo, 1997 [1991].

FIRJAN. **MAPEAMENTO DA INDÚSTRIA CRIATIVA NO BRASIL.** 2014. Disponível em: <http://www.abradi.com.br/wp-content/uploads/2015/05/Mapeamento-2014.pdf> Acesso em: 20/09/2017.

FIRJAN. **Número de profissionais criativos cresce mesmo no período de crise, revela FIRJAN.** 2016. Disponível em: <http://www.firjan.com.br/EconomiaCriativa/pages/release.aspx> Acesso em: 20.09.2017.

FIRJAN. **CASA FIRJAN DA INDÚSTRIA CRIATIVA.** 2017. Disponível em: <http://www.firjanindustriacriativa.com.br/casa-firjan-da-industria-criativa/home/casa-firjan-da-industria-criativa-confira-o-projeto-e-seus-beneficios-para-o-estado-do-rio-de-janeiro-industria-criativa-sistema-firjan.htm> Acesso em: 19/11/2017

G1. **Ciência sem Fronteiras terá 5 mil bolsas apenas para pós e mantém fim do intercâmbio na graduação. 2017.** Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/ciencia-sem-fronteiras-tera-5-mil-bolsas-apenas-para-pos-e-mantem-fim-do-intercambio-na-graduacao.ghtml>. Acesso em: 12/05/2017.

HARTLEY, J. **Creative Industries.** London: Blackwell, 2005.

HOWKINS, J. **The mayor's commission on the creative industries**. Em: HARTLEY, J. (Ed), Creative Industries. London: Blackwell, 2005. p.117-125

INSTITUTO DA ECONOMIA CRIATIVA NO BRASIL. **A Economia Criativa**. 2008. Disponível em: [http://www.economiacriativa.com/ec/pt/ec/ind\\_cria\\_cult.asp](http://www.economiacriativa.com/ec/pt/ec/ind_cria_cult.asp). Acesso em: 25.09.2017.

JEFFCUTT, P. **Management and the creative industries**. Studies in Cultive Organizations and Society, v. 6, n. 2, p. 123-127, 2000.

JAGUARIBE, A. **Indústrias criativas**. Disponível em <http://www.portalliberal.com.br>. Acesso em 24.07.2006

LEMES, Conceição. **Ciência brasileira é tema da principal matéria da prestigiosa Science**. Vi o mundo. 2010. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/ciencia-brasileira-no-topo-do-mundo-principal-materia-da-prestigiosa-revista-science.html>. Acesso em: 12/05/2017.

PROGRAMA CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS. **O programa**. 2017. Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf>. Acesso em: 12/05/2017.

MIGUEZ, P. **Economia criativa: uma discussão preliminar**. In: Nussbaumer, G. M. (Org.). Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA. Coleção CULT, p. 96-97, 2007.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Martin Clarret, 2007, p. 169.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Disponível em SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 20/09/2017.

ROCHA, Marcelo da Silva. **No Reino da Serpente: Ideologia, Transgressão e Leitura em Pedro Juan Gutiérrez**. Ed. Publit. 2008.

THOMPSON, J. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Tradução de Grupo de Estudos sobre Ideologia, Comunicação e Representações Sociais da Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS. Petrópolis: Editora Vozes, 1995 [1990].

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2011.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

UNESCO. - **RELATÓRIO UNESCO SOBRE CIÊNCIA 2010**. 2010. Disponível em: <http://unb2.unb.br/administracao/decanatos/dpp/diape/Arquivos/189883por.pdf>. Acesso em: 12/05/2017.

PINTO, R.M.F. **Política Educacional e Serviço Social**. São Paulo. Cortez, 1986.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980**. Campinas: Autores Associados; Brasília: Editora Plano, 2004.